

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Data / /

Cod. 5285

Instituto Socioambiental

**ASPECTOS GERAIS SOBRE AS ATIVIDADES E
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA
EMPRESA ARACRUZ CELULOSE**

São Paulo, 28 de agosto de 2005
Ana Valéria Araújo e Sergio Leitão

SUMÁRIO

ASPECTOS GERAIS SOBRE AS ATIVIDADES E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA EMPRESA ARACRUZ CELULOSE

- Metodologia e observações iniciais
- A Aracruz Celulose

1) O que se sabe sobre as consequências socioambientais das atividades da empresa Aracruz Celulose desde a sua implantação?

- Criação e instalação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – a destruição de mata nativa
- As relações com o poder
- A questão indígena- disputa de terras com os povos Tupiniquim e Guarani M'bya
- Quilombolas e suas demandas territoriais
- Expansão e desmatamento

2) Quais são os méritos reais (e deméritos) dos esforços de responsabilidade social da Aracruz Celulose?

- A atividade de reflorestamento
- Preservação da Mata Atlântica e a monocultura do eucalipto
- Prêmios e mérito real
- O espetáculo da terceirização
- Responsabilidade social e benefícios às comunidades afetadas

CONCLUSÃO

Anexo 1

- Entrevista com Isaura Maria Frondizi, Gerente de Relações Corporativas da Aracruz Celulose

Anexo 2

- Termo de referência (em inglês)

ASPECTOS GERAIS SOBRE AS ATIVIDADES E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA EMPRESA ARACRUZ CELULOSE

Ana Valéria Araújo e Sergio Leitão

O Instituto Socioambiental (ISA) foi contatado pela agência norueguesa NCA, que apresentou consulta sobre aspectos socioambientais das atividades da empresa Aracruz Celulose. A consulta tem por objetivo responder, especialmente, as seguintes questões:

- 1) O que se sabe sobre as conseqüências socioambientais das atividades da empresa Aracruz Celulose desde a sua implantação?
- 2) Quais são os méritos reais (e deméritos) dos esforços de responsabilidade social da Aracruz Celulose?

No primeiro tópico, faz-se um histórico dos problemas socioambientais surgidos a partir da instalação da empresa no Espírito Santo (ES), bem como uma análise dos conflitos mais relevantes ainda hoje penderes. No decorrer dessa análise, pretendeu-se responder a questões específicas levantadas pela NCA, analisando a validade de três argumentos por ela formulados:

- a) A Aracruz efetivamente eliminou a Mata Atlântica (no Espírito Santo) e sua biodiversidade;
- b) Nesse processo, comunidade locais (índios, quilombolas e pequenos agricultores) foram removidas e expulsas de suas terras, muitas vezes sob coação;
- c) No processo de aquisição de terras e licenciamento de suas atividades, a Aracruz beneficiou-se do apoio da antiga ditadura e posteriormente de políticos corruptos em nível local e nacional.

Já no segundo tópico, são avaliados os esforços da empresa quanto à sua responsabilidade social, procurando dar ênfase a pontos específicos também indicados pela NCA, como se segue:

- a) Em que medida há mérito na argumentação da empresa de que está no ramo de reflorestamento?
- b) O programa de manutenção e conservação (dos remanescentes) da Mata Atlântica contribui substancialmente para a preservação da biodiversidade, se considerado em relação ao cultivo pela empresa da monocultura do eucalipto?
- c) A empresa tem recebido uma série de prestigiosas premiações ambientais – tais prêmios têm mérito real?
- d) Os empregados da Aracruz se beneficiam de programas de emprego bastante bons. Entretanto, a empresa busca fora de seus quadros a maior parte da mão-de-obra necessária para o plantio, fertilização, manutenção e colheita do seu eucalipto. O que se sabe sobre as condições de trabalho dessa mão-de-obra terceirizada? O que faz a empresa para proteger os direitos desses trabalhadores?

- e) No seu website, a Aracruz lista vários projetos sociais por ela financiados. Esses programas podem ter valor em si mesmos. Mas, em que medida eles se destinam realmente a mitigar os impactos das atividades da empresa e a beneficiar diretamente as comunidades afetadas?

Metodologia e observações iniciais

O presente trabalho tem como foco as atividades da Aracruz Celulose no Espírito Santo, embora não se atenha exclusivamente àquela região. Na forma da consulta elaborada, procuramos reunir o maior número de fontes e informações existentes sobre o assunto, para que a NCA venha afinal formar um juízo próprio sobre as operações da Aracruz no Brasil. A partir das informações disponíveis, foram feitas algumas observações e análises, avaliando-se dados determinados em relação à realidade nacional e, na medida do possível, ao contexto local.

Para tentar responder às perguntas formuladas pela NCA, fizemos uma longa pesquisa documental, coletando dados e documentos junto ao próprio ISA, à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), à Rede Alerta contra o Deserto Verde e ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de artigos de jornais e publicações diversas do acervo dessas organizações. Obtivemos ainda documentos via a Rede Brasileira de Acompanhamento das Instituições Financeiras Multilaterais. Foram feitas pesquisas nos sites do Ministério do Trabalho, Folha de São Paulo e Século Diário (jornal capixaba).

Conversamos com profissionais de várias organizações, especialmente Marcelo Calazans (FASE/ES), Raul Telles e André Lima (ISA), que nos indicaram fontes e ajudaram a avaliar situações específicas. Entrevistamos por telefone o antropólogo Carlos Augusto Rocha Freire, autor do laudo que compõe o processo de demarcação administrativa da Terra Indígena (TI) Tupiniquim. Durante a entrevista, Carlos Augusto ressaltou que, quando do seu trabalho de elaboração do laudo, teve extrema dificuldade para encontrar fontes que atestassem os danos causados pelas atividades da Aracruz contra os índios. Por esta razão, boa parte do seu trabalho se baseou em entrevistas feitas com pessoas da região e representantes das etnias Tupiniquim e Guarani M'bya. O comentário de Carlos Augusto corrobora a nossa própria avaliação de que parece existir muito pouca documentação oficial ou consolidada sobre o que ocorreu no Espírito Santo em boa parte do período objeto desta pesquisa. Fizemos ainda uma conversa por telefone com o advogado Sebastião Ribeiro Filho, membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB/ES) e assessor técnico da Gerência Executiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) naquele estado, reforçou uma série de informações e nos forneceu alguns documentos.

Na consecução deste trabalho, foram também analisados os relatórios de atividade/sustentabilidade da Aracruz Celulose de 1988 a 2004, bem como outras publicações da empresa e as informações em seu website. Foi feita

uma entrevista com a Gerente de Relações Corporativas Isaura Maria Frondizi, no escritório do Rio de Janeiro, a qual respondeu perguntas em nome da empresa a pedido do seu Diretor de Meio Ambiente, Carlos Alberto Roxo. Na ocasião, entregamos um questionário com 21 perguntas elaboradas a partir de recentes denúncias contra a empresa (anexo 1), tendo sido informados de que receberíamos uma resposta oficial. No dia 11 de agosto, fomos recebidos na nova sede da empresa em São Paulo, para uma entrevista com o Diretor de Meio Ambiente e Relações Corporativas, Carlos Alberto Roxo, e o Diretor Jurídico, José Luiz Braga. Na ocasião, foram abordados praticamente todos os temas do questionário, o que estaremos comentando ao longo deste texto.

A Aracruz Celulose

Antes de iniciarmos uma análise das conseqüências das operações da Aracruz no Espírito Santo e em outras regiões do país, é fundamental conhecer um pouco do perfil da empresa, bem como tentar compreender o que ela representa sob a ótica da economia nacional e do panorama político dos dias de hoje. Um extrato das informações contidas no website da própria empresa e em seu mais recente relatório de sustentabilidade (de 2004) fornece aos interessados um rápido retrato a ser considerado ao longo de todo o nosso trabalho:

“A Aracruz Celulose é a líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. A Companhia responde por cerca de 30% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado. Suas operações florestais alcançam os Estados do Espírito Santo (ES), Bahia (BA), Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Sul (RS), com aproximadamente 254 mil hectares de plantios de eucalipto, intercalados com cerca de 135 mil hectares de reservas nativas.”

“A Companhia estimula o plantio de eucalipto por terceiros através do Programa Produtor Florestal, que abrange cerca de 78 mil hectares, contratados com mais de 3 mil produtores rurais no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A capacidade nominal de produção de celulose da Aracruz, totalizando 2,4 milhões de toneladas anuais, está distribuída por duas unidades fabris: Barra do Riacho (ES) e Guaíba (RS).

No Espírito Santo, a Aracruz opera um complexo fabril de celulose totalmente integrado aos plantios e a um porto privativo especializado, Portocel, através do qual quase toda a produção da Companhia é exportada. A Unidade Barra do Riacho reúne três fábricas com capacidade nominal total de 2 milhões de toneladas anuais de celulose.”

“Na Unidade Guaíba, localizada no município de Guaíba (RS), a Aracruz opera uma fábrica com capacidade nominal para produzir 400 mil toneladas anuais de celulose branqueada de eucalipto... A unidade também produz cerca de 40 mil toneladas anuais de papel para imprimir e escrever, integralmente destinadas ao mercado doméstico.

Um terceiro complexo fabril – a Veracel Celulose, com capacidade nominal de 900 mil toneladas anuais de celulose branqueada de eucalipto — está situado no município de Eunápolis, no sul da Bahia. Trata-se de uma parceria com o grupo sueco-finlandês Stora Enso, em que cada empresa detém 50% do controle acionário.

Em associação com o grupo Weyerhaeuser dos Estados Unidos (EUA), a Aracruz detém um terço da Aracruz Produtos de Madeira, uma unidade industrial de alta tecnologia localizada no extremo-sul da Bahia, que fornece produtos sólidos de madeira de alta qualidade provenientes de plantios de eucalipto, destinados às indústrias de móveis e design de interiores, do Brasil e do exterior.”

“O controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Safra (28%), Lorentzen (28%) e Votorantim (28%) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (12,5%). As ações preferenciais da empresa são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova York e Madri. Até 1995 a Aracruz era a única empresa brasileira a ter ações negociadas na Bolsa de Nova York.”

A Aracruz se define ainda como uma empresa “em acentuado processo de crescimento nos últimos anos”. Este crescimento é celebrado pelo governo. Em janeiro de 2005, antes mesmo que o complexo da Veracel entrasse em operação, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao local, afirmou que “além do inegável impacto positivo que a produção de celulose terá em nossa balança comercial assim que a unidade começar a produzir, uma das características que levou o BNDES a apoiar o projeto são os seus muitos benefícios sociais”. Numa tentativa de dar alguma atenção também ao Movimento Sem Terra (MST), forte opositor da expansão das atividades da Aracruz nessa região, o Presidente visitou na seqüência o seu acampamento ao lado das instalações da Veracel

A maior parte da produção da Aracruz é exportada (98% de sua produção de celulose vai para o Hemisfério Norte, segundo informação da Gerente de Relações Corporativas Isaura Frondizi). E afirma “que a questão da sustentabilidade deve ser tratada numa perspectiva de longo prazo, aumentando a capacidade da empresa de atuar globalmente num cenário cada vez mais competitivo.”

De outro lado, porém, uma carta contendo 108 assinaturas, dentre organizações da sociedade civil e indivíduos, enviada ao International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial para empréstimos a entes privados, em abril deste mesmo ano, dá conta da enormidade de conflitos que envolvem as atividades da empresa no país. A carta insurge-se contra a recente concessão pelo Banco Mundial (BIRD) de um empréstimo de 50 milhões de dólares para a Aracruz. Os signatários advertem que, segundo dados do MST, “a Aracruz Celulose é a maior latifundiária do Espírito Santo, um estado onde vivem cerca de 70.000 famílias sem terra”. E mencionam uma série de exemplos do que eles denominam “ação maléfica da empresa” – da

destruição de florestas de mata nativa à violação dos direitos de populações afetadas pelas suas operações.

A carta declara que “a reforma agrária está praticamente paralisada no Norte do Espírito Santo e no Extremo Sul da Bahia, regiões em que a Aracruz concentra suas terras.” Isto porque, “nos últimos anos a empresa tem comprado ou ‘alugado’ as melhores terras agricultáveis dessas regiões, apropriando-se de fazendas adequadas para fins de reforma agrária, além de estar contribuindo para com a elevação dos preços da terra em geral, como têm afirmado sistematicamente os dirigentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).” Por fim, sintetizando a visão dos dois mundos aqui em conflito, reconhece que “na visão do IFC, a Aracruz cumpre um papel macroeconômico importante como empresa exportadora”, para afinal afirmar que “do ponto de vista das comunidades afetadas (índios, quilombolas, camponeses e sem-terra que poderiam viver da pequena agricultura no latifúndio da empresa), a presença da Aracruz tem sido um desastre.”

E os signatários sentenciam: “baseando-se na exploração dos recursos naturais e no desrespeito às comunidades locais que vivem destes recursos a Aracruz tornou-se uma empresa ‘eficiente’ e lucrativa para o mundo dos negócios. Promove, ainda um consumo excessivo de papéis descartáveis (55% da produção destina-se a papéis sanitários), sobretudo na Europa e América do Norte.”

1) O QUE SE SABE SOBRE AS CONSEQÜÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DAS ATIVIDADES DA EMPRESA ARACRUZ CELULOSE DESDE A SUA IMPLANTAÇÃO?

Criação e instalação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – a destruição de mata nativa

No início dos anos 70, o Espírito Santo e o Brasil como um todo viviam sob o mito – à época, senso comum – de que a poluição trazia consigo emprego e progresso. Por conta disto, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), a Aracruz Celulose e a Samarco desfrutaram de todas as regalias e benefícios para se instalar no estado.¹

Como nos contou a Gerente de Relações Corporativas da Aracruz, Isaura Frondizi, em entrevista na sede da empresa no Rio de Janeiro, dia 26.07.05, o Espírito Santo vivia então as conseqüências de um *gap* econômico causado pela decisão do governo federal de decretar a erradicação dos cafezais, base da economia do estado nos anos 60, em razão da grave queda no preço do café no mercado internacional. Foi criada uma agência de desenvolvimento para o Espírito Santo (que posteriormente se transformaria no banco de desenvolvimento do estado), cujo objetivo passaria a ser o investimento na indústria e a diminuição da dependência agrícola da região. Neste cenário, viabilizou-se a ocupação da bacia do Rio Doce pelas siderúrgicas, a silvicultura

¹ Grandes projetos, enormes estragos – Jornal *online* Século Diário, www.seculodiario.com.br.

em mata nativa e o aproveitamento das áreas já desmatadas pelas plantações de café para a pecuária.

Em 1967, teriam sido implantados os primeiros plantios de eucalipto no estado que seriam utilizados pela Aracruz, aproveitando-se de cerca de 50 anos de experiência na cultura do eucalipto, especialmente em São Paulo. A empresa Aracruz Celulose só seria fundada alguns anos depois, em abril de 1972, para produzir a celulose branqueada e exportá-la em forma de pasta (a perspectiva inicial de exportar o produto para branqueamento fora do Brasil havia se mostrado inviável e de custo exorbitante).²

Conforme texto contigo em seu website, a empresa assim resume os impactos de suas atividades no Espírito Santo:

“A Aracruz ajudou o Espírito Santo a encontrar uma vocação econômica até então ignorada: a atividade florestal com plantios renováveis de eucalipto, conduzida por conceitos científicos inovadores e orientada para o desenvolvimento sustentável.

No final dos anos 60, a economia capixaba encontrava-se em total estagnação. Os ciclos da madeira e do carvão vegetal haviam-se esgotado, com a correspondente devastação das matas nativas. Junto com outros grandes projetos instalados na mesma época na região, a implantação da Aracruz contribuiu para reverter este quadro e o estado é hoje um dos maiores exportadores brasileiros.

Mais de US\$ 4 bilhões de investimentos foram realizados pela empresa no Espírito Santo desde o início de suas atividades. Por ter optado pela instalação de sua indústria no município de Aracruz, a empresa também teve de investir em infra-estrutura urbana e rodoviária, educação, saúde, cultura e lazer – ao todo US\$ 100 milhões somente para este fim.”

Uma das principais polêmicas que envolvem a implantação da Aracruz no Espírito Santo diz respeito justamente ao fato de ter ela, ou não, sido responsável pela devastação da Mata Atlântica na região em que se instalou. Embora a empresa insista em argumentar que, quando chegou ao Espírito Santo, as matas nativas já haviam sido devastadas pelas plantações de café, há quem afirme que, por abrigar uma floresta de ombrófila densa, o café não chegou ao litoral como chegou às demais regiões do estado. Que, portanto, a

² Anna Fanzeres esclarece que, na verdade, o Projeto Aracruz foi concebido bem antes disso, “em 1966, por um pequeno grupo de membros da elite local [capixaba], reunidos na empresa de consultoria ECOTEC – Economia e engenharia Industrial S.A., de propriedade de Antônio Dias Leite Junior, que foi posteriormente Ministro das Minas e Energia no governo do General Costa e Silva.” Em 1967, seria fundada a Aracruz Florestal S.A. e a Empresa Reflorestadora, que viriam dar origem à Aracruz Celulose em 1972. In “Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados” - Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores apresentado na 8ª reunião ordinária da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO), Relatório Final de Consultoria, Anna Fanzeres (coordenação, redação e edição final), Programa Nacional de Florestas/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, 2005, pág. 50;

empresa teria, sim, desmatado brutalmente as terras de mata nativa por ela adquiridas.

Neste sentido, há relatos da utilização pela empresa de métodos bem pouco ortodoxos para preparar o solo para os plantios, como os chamados "correntões" – que consistiam em tratores ligados uns aos outros por enormes correntes, as quais, ao serem puxadas, derrubavam a mata atlântica, arrastando com ela toda a (bio)diversidade de flora e fauna existente nas florestas destruídas. Consta, entretanto, que esta prática foi pouco divulgada pelos meios de comunicação á época – auge da ditadura militar, sendo certo que nos dias de hoje tão pouco interessa à empresa fazê-lo, utilizando o seu poderio econômico para garantir a sua imagem de "empresa que produz celulose com responsabilidade social".

Enquanto esteve vivo, por exemplo, o cientista Augusto Ruschi, preocupado com a devastação do meio ambiente capixaba, travou uma batalha inglória contra a monocultura do eucalipto e a erradicação das florestas nativas do Espírito Santo, cuja responsabilidade ele imputava à Aracruz Celulose e a outros "grandes projetos".³

Warren Dean, em sua obra "A Ferro e Fogo – a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira", publicada pela Companhia das Letras em 2002, nos fala sobre isto:

"Em 1965, Ruschi lutou para bloquear o plano do estado de vender madeira nas reservas florestais estaduais e plantá-las com eucalipto. No início dos anos 70, encetou uma campanha contra a companhia de mineração Vale do Rio Doce (CVRD), de propriedade federal, que havia reativado a via férrea de bitola larga entre as jazidas de ferro de Minas Gerais e um porto que ela construía no litoral ao norte de Vitória. No município de Linhares, ao lado do Parque Estadual Sooretama, a companhia possuía uma reserva florestal que pretendia explorar para dormentes. A companhia tentou persuadir o governador a negociar Sooretama e as outras quatro reservas estaduais em troca de um punhado de imóveis no centro comercial de Vitória!

Ruschi também fez uma campanha em 1975 contra a Aracruz, uma companhia de papel e celulose, e a CVRD, que desejavam desapropriar a reserva litorânea de Comboios, uma área de reprodução de tartarugas marinhas gigantes. O governador criou, nessa ocasião, um serviço florestal estadual com o propósito exclusivo de impedir a transferência dessa reserva para o IBDF. Dessa vez, Ruschi convenceu a Marinha de que essa manobra ameaçava a segurança nacional e a reserva foi federalizada." (pág. 321)

O jornal Século Diário também publicou uma entrevista com Augusto Ruschi, em que este relatava as suas inquietações e profundas discordâncias quanto ao projeto da Aracruz e a monocultura do eucalipto:

³ Idem;

"AG – De Nova Almeida a Aracruz está se formando um novo tipo de floresta, toda composta por eucalipto. Como esta região vai ficar nos próximos 30 anos?

R – Não é apenas de Nova Almeida a Aracruz, mas sim da Serra a Conceição da Barra, ou seja, nos municípios da Serra, Fundão, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra está sendo formada uma floresta homogênea de eucalipto. Já fiz muitos pronunciamentos em relação a esse bárbaro reflorestamento na melhor área agricultável do Espírito Santo, ainda pior quando se sabe que a falta de alimentos no mundo ocasionou, só no ano de 1974, mais de quinze milhões de mortes pela fome. Em recente reunião de preservacionistas em Roma, ouvimos dizer que o mundo não tem sequer uma reserva de cereais para alimentar a humanidade por 26 dias, no caso de uma catástrofe. A partir desses dados, nós, com bom senso, poderemos verificar o absurdo que significa plantar eucalipto para atender à demanda de celulose e pasta de papel para exportação...

...Estamos numa região de florestas tropicais, e jamais vimos espontaneamente a formação de qualquer essência florestal regional em aglomerados homogêneos, isso é uma lei natural, que a ecologia deve seguir e que é obedecida em todos os países do mundo. Principalmente nas regiões de florestas temperadas, onde a heterogeneidade da floresta é respeitada., tanto no reflorestamento de crescimento espontâneo como no realizado pelo homem. Esse reflorestamento que se está fazendo aqui no Espírito Santo se tornou bárbaro, pois se sabe que foram derrubadas florestas virgens, de onde foram alijados cerca de 600 indígenas que ali viviam, além de um grande número de famílias de posseiros.

... para o reflorestamento feito pela Aracruz Florestal foi destruída a mata virgem, em terreno do Platô Terciário, e plantado eucalipto. Com relação à desertificação do Estado do Espírito Santo, ela está em marcha progressiva e acelerada.

Os estudos da evolução climática em função do desmatamento mostram dados alarmantes. ...O quadro do desmatamento é o seguinte:

MATAS ALTAS	EM 1948	EM 1968	EM 1975
Restingas	230 km ²	20 km ²	5 km ²
Tabuleiros Terciários	10.500 km ²	2.000 km ²	600 km ²
Encostas (Atlântica)	6.000 km ²	2.500 km ²	800 km ²
Altimontanhas (Atlântica)	260 km ²	150 km ²	100 km ²
TOTAIS	16.990 km ²	3.670 km ²	1.505 km ²

Assim, temos essa demonstração da degradação do patrimônio natural ocorrida no Espírito Santo, por ação do homem, e a evolução climática, em relação à desertificação. Passamos de 16.990 km² de florestas primitivas, em 1948, para 1.505 km² em 1975, ou seja, pouco mais de 3% da área total do Estado, sendo de se considerar que somente 428,5

km2 estão constituídos por áreas de preservação, como Reservas Biológicas e Parque Nacional, pertencentes ao governo federal, sob a administração do IBDF.”

O processo de implantação da Aracruz Celulose e da monocultura do eucalipto no Espírito Santo é ainda hoje alvo de inúmeras denúncias por parte de distintos setores da sociedade civil. Fausto Oliveira, jornalista, em artigo publicado pela FASE, assim se refere ao assunto:

“Desde o tempo do regime militar, a empresa expulsa donos legítimos de pequenas propriedades através de coação violenta ou com chantagem financeira. Impune e livre para atuar na ilegalidade, a empresa conseguiu criar seu império monocultor: uma extensão de milhares de hectares no norte do Espírito Santo apenas com eucalipto. É uma cultura agressiva ao meio ambiente, pois despeja imensa carga de agrotóxicos no solo e em rios. Para piorar, a Aracruz conta com sua milícia particular, a Visel, empresa de segurança privada que tem se especializado em cometer atrocidades.”⁴

Há acusações sobre privilégios indevidos, usurpação de direitos territoriais, emprego de força e violência e tantas outras mais:

“No que diz respeito a privilégios, a Aracruz Celulose levou a melhor. Para formar os seus eucaliptais, ficou com extensos territórios indígenas e de pequenos sítiantes, pagando pelas terras preços módicos e simbólicos. Embora, naquela época, o país já vivesse em plena inflação, recebeu um grande empréstimo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), livre de qualquer cláusula que a obrigasse, como era praxe no banco, a ficar com os custos da inflação. E ainda levou todo os recursos disponíveis do Geres para aplicação, no período, na economia do Estado. Para fechar, o BNDES ainda comprou ações dela, numa forma sutil de conceder outro empréstimo privilegiado, evitando, o que era o objetivo da empresa, maior emprego de recursos financeiros no período relativo à construção do seu parque industrial.

Em verdade, era o próprio modelo da empresa privada feita às custas do dinheiro público. Tanto que, mais na frente, para escoar a sua produção de celulose, ela recebeu, de mão beijada, da Portobrás, um porto privado no município que leva o mesmo nome da empresa. Ele foi construído com recursos do governo federal e entregue à Aracruz por preço muito aquém do seu real valor. Uma cessão, ainda por cima, inconveniente, do ponto de vista de estratégia do desenvolvimento do Estado, pela posição geográfica do porto, em condições de servir à exportação de inúmeros outros setores da economia do Estado. Até a vila de casas que construiu no bairro Coqueiral, para abrigar seus funcionários mais categorizadas, foi passada para as mãos do poder público (Prefeitura de Aracruz), que arcou com os custos de sua manutenção”.⁵

⁴ Espírito Santo se levanta contra a monocultura de eucalipto, Fausto Oliveira/FASE;

⁵ Extraído de Grandes projetos, enormes estragos/Século Diário, www.seculodiario.com.br;

E seguem-se mais denúncias sobre danos ambientais decorrentes das atividades da Aracruz:

"A poluição da Aracruz atingiu parte do território costeiro do Estado com os seus gases sulfurosos, acompanhados, vez por outra, de descargas de um mau cheiro intolerável do veneno empregado no cozimento da sua celulose. E, na parte do mar, um emissário submarino, inadequado para o lançamento de seus dejetos industriais, acabou com a população marinha do estuário do rio Piraque-ãçu, antes um dos rios mais piscosos do Estado.

Para fornecer água à sua indústria, em Aracruz, a empresa desviou o curso do rio Riacho. Recentemente sangrou o rio Doce para levar água também para a sua indústria."⁶

Em 1988, a Aracruz requereu licença para ampliar a sua produção de celulose de fibra curta, matéria-prima semi-elaborada, utilizada na produção de lenços e fraldas descartáveis. A produção da celulose de fibra curta, que seria exportada principalmente para a Europa, deveria passar de 450 mil para 1 milhão de toneladas/ano. Tratando-se de um tipo de produção que demanda grande quantidade de terra para plantio de eucalipto, coube ao Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) analisar o Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) no processo de licenciamento. O documento produzido pela UFES, dentre outras coisas, analisa imagens aéreas da região do município de Aracruz, em que está sediada a empresa, no período anterior e posterior à instalação de sua unidade fabril, constatando que cerca de 30% da mata nativa da região desapareceu depois da instalação da empresa – o equivalente à cerca de 43 mil hectares de Mata Atlântica, corroborando todas as denúncias até então sobre a destruição de mata nativa perpetrada pela Aracruz Celulose:

"...Através da análise de fotos aéreas obtidas em 1970/71, verificou-se que pelo menos 30% da superfície do Município de Aracruz era coberta por floresta nativa no início da década de 70, que foram posteriormente substituídos por florestas homogêneas de eucalipto para a ARFLO (Aracruz Florestal).

- A substituição de florestas nativas heterogêneas por florestas homogêneas de eucalipto representou um grande Impacto Ambiental em diversas fases de implantação da ARFLO, reduzindo a diversidade..."⁷

Em 2004, 13 organizações da sociedade civil apresentaram ao Procurador-Geral do Estado do Espírito Santo um documento requerendo a instauração de inquérito policial para investigar ações e a possível caracterização de improbidade administrativa na conduta de diretores e técnicos responsáveis pelos processos de licenciamento das ampliações de atividades da Aracruz Celulose. A petição denuncia servidores públicos por firmarem pareceres

⁶ Idem;

⁷ Análise do Relatório de Impacto Ambiental – Aracruz Celulose S/A e Aracruz Floresta S/A, elaborado pelo Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Espírito Santo, página 6;

contrários à legislação, dentre outras coisas, exonerando a empresa da apresentação de EIA/RIMA para acelerar as expedições de suas licenças. A petição, à qual são anexados diversos documentos oficiais, volta a se reportar aos desmatamentos historicamente perpetrados pela Aracruz Celulose em regiões de Mata Atlântica, fazendo inclusive referências ao uso dos "correntões":

"A imagem dos "correntões" ainda está presente na memória dos caciques das etnias Tupinikin e Guarani que vivem no Município de Aracruz, e a deletéria prática da Aracruz Celulose foi por eles relatada em depoimentos na CPI da Aracruz Celulose, instalada na Assembléia Legislativa em 2001 para apurar irregularidades nas atividades e nos processos de licenciamento da empresa. Irregularidades, aliás, que envolvem até mesmo os povos indígenas, que denunciam a ocupação irregular de mais de 10 mil hectares de suas terras com plantios de eucalipto da empresa, que se recusa a admitir a prática."

Recentemente, tese de autoria do advogado Sebastião Ribeiro Filho, assessor técnico da Gerência Executiva no IBAMA/ES, reitera as informações sobre a destruição de mata nativa pela Aracruz Celulose:

"Os primeiros plantios de eucalipto da Aracruz Celulose no Espírito Santo não ocorreram sem provocar enormes impactos sobre os remanescentes de mata atlântica no Estado, pois, conforme dados da Análise Técnica do Relatório de Impacto Ambiental da Aracruz Celulose S/A e Aracruz Florestal S/A, realizada pelo Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Espírito Santo, foram derrubados cerca de 43 mil hectares de florestas daquele ecossistema no município Aracruz, considerando-se que essa área equivale a 30% dos 1.435,00 Km² do território municipal.

A derrubada registrada na análise do RIMA da expansão da empresa foi testemunhada pelo Sr. Antônio dos Santos, cacique Tupinikin, e por ele relatada depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Aracruz Celulose criada pela Resolução N° 2.028, da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, que tinha como objetivo apurar possíveis irregularidades no licenciamento das atividades da empresa."⁸

Como já dito, a empresa nega responsabilidade por grandes desmatamentos de mata nativa durante o seu processo inicial de implantação. Durante a conversa com o Diretor de Meio Ambiente, Carlos Roberto Roxo, este reafirmou a tese de que o ambiente já estava degradado quando a empresa se instalou no Espírito Santo, afirmando inclusive que parte dessa degradação se deveu ao fato de que o Espírito Santo teria sido fonte de madeira para a construção de Brasília, contando há época com mais de 40 serrarias, além de ter sido explorado para a produção do carvão vegetal que alimentava a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI). Carlos Alberto Roxo chegou a

⁸ "Os riscos dos Impactos Ambientais não avaliados nos licenciamentos de plantios e exploração econômica de madeira, sobre comunidades indígenas e quilombolas no Espírito Santo", de Sebastião Ribeiro Filho, mimeo;

admitir que alguma mata nativa pode ter sido realmente destruída para a instalação da empresa, mas que certamente não terá sido muita.

Sobre a destruição de mata nativa que antecedeu a chegada da Aracruz à região, há de fato alguns registros esparsos como, por exemplo, na entrevista do cientista Augusto Ruschi publicada pelo Jornal Século Diário:

“Assim se pronunciou [o cientista diretor da Divisão de Zoologia Médica do Instituto Oswaldo Cruz e membro fundador da Academia Brasileira de Ciências] no “Relatório da Excursão do Instituto Oswaldo Cruz ao Parque de Refúgio Sooretama, no Estado do Espírito Santo, em outubro de 1963, publicado no Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão nº 23: ‘Encontramos o município de Linhares extremamente devastado, não só pela intensa extração de madeira como pelas queimadas subseqüentes. O trecho entre a Lagoa Juparaná e o Parque Sooretama, na antiga estrada de rodagem que percorrêramos em 1948, está quase irreconhecível: onde há 15 anos encontramos extensas matas virgens, existem hoje regiões completamente devastadas pelo homem e pelo fogo. Sem medidas que proibam e impeçam, de modo efetivo, tal destruição, teremos dentro de pouco tempo um deserto espírito-santense; as famosas matas do vale do rio Doce serão somente recordações históricas.”

Verificam-se menções também em informes sobre a história da ocupação territorial dos índios Tupiniquim no Espírito Santo. No relatório recentemente coordenado por Anna Fanzeres para o Programa Nacional de Florestas (PNF) da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), pode-se ler o seguinte:

“Em meados de 1940, aproximadamente 10 mil hectares de terras usadas pelos Tupiniquins foram ocupadas e desmatadas pela COFAVI (Companhia Ferro Aço de Vitória). Em 1967, índios guaranis do sub-grupo Guarani-mbyá chegaram ao Espírito Santo, vindos do Rio Grande do Sul, em uma caminhada que se iniciou em 1940. Este grupo inicialmente se instalou na aldeia Tupiniquim de Caieiras Velhas. Com a implantação da Aracruz nas terras da COFAVI, foi transferida para esta empresa o passivo sócio-ambiental, em relação à ocupação das terras indígenas da região.”⁹

Note-se que, devido à repercussão dos dados contidos neste relatório, a Comissão Coordenadora do Programa Nacional (CONAFLO) decidiu, na reunião de sua apresentação, tornar a divulgação do relatório restrita, sem acesso ao público.

⁹ “Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados” - Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação a plantações de árvores apresentado na 8ª reunião ordinária da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO), Relatório Final de Consultoria, Anna Fanzeres (coordenação, redação e edição final), Programa Nacional de Florestas/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, 2005, pág. 60;

Dito isso, não resta dúvida de que quando o projeto Aracruz foi implantado no Espírito Santo, no final dos anos 60, parte das terras adquiridas pela empresa já haviam, sim, sido alvo de desmatamento em razão de um somatório de atividades econômicas. No entanto, embora os registros oficiais sejam poucos e ainda que algumas informações se misturem ou que os números não sejam propriamente precisos, também parece claro que outro (grande) tanto de mata nativa foi derrubado depois da instalação da empresa na região, colaborando para uma diminuição substancial da extensão da Mata Atlântica naquele estado.

Não se pode deixar de considerar, entretanto, que a implantação da Aracruz no Espírito Santo obedeceu a uma política de incremento da produção brasileira de celulose e papel, que buscava a auto-suficiência em matéria-prima levando à consolidação do eucalipto como principal fonte de fibras. O segmento de celulose e papel no país recebeu fortes estímulos financeiros para produzir em larga escala por parte de mecanismos governamentais que pretendiam, além de suprir o mercado interno, alcançar o mercado internacional.¹⁰ Nesse contexto, o desmatamento para substituição da floresta nativa, inapropriada para a obtenção dos fins industriais almejados, era certamente bem menos relevante, só tendo se tornado objeto de preocupação e de maior proteção legal muitos anos depois de consolidadas as conseqüências nefastas de um tempo em que, aos olhos da provável maioria, os fins justificavam os meios.

As relações com o poder

Muito se diz acerca das estreitas relações que a Aracruz sempre manteve com o Poder, as quais teriam sido usadas para facilitar o seu processo de implantação e expansão. Sobre este assunto, há desde denúncias de mobilização de dirigentes públicos para viabilizar a revogação de condicionantes no âmbito do governo estadual e garantir a liberação dos plantios da empresa, até questões sobre autoridades governamentais que assumiram ou passam a assumir em algum momento funções de administração na empresa, beneficiando-a por meio de tráfico de influências e de uma íntima relação com o governo.

É certo que, para comprovar a veracidade destes argumentos, seria necessário uma pesquisa muito mais profunda do que a que foi objeto desta consulta. Não obstante, o fato é que a Aracruz teve e tem em seus quadros personalidades com grande poder de influência nas políticas públicas nacionais, o que é fácil de constatar e dá margem a especulações de todo o tipo. Se tomarmos como exemplo tão somente a atual composição do Conselho de Administração da empresa – órgão responsável por estabelecer as políticas gerais da companhia – iremos encontrar, dentre os 10 membros e 10 suplentes, nomes como o de Ernane Galvêas, Eliezer Batista da Silva, Luiz Aranha Corrêa do Lago e Sandra Meira Starling.

Ernane Galvêas, que é conselheiro da empresa desde abril de 1994, foi Ministro da Fazenda de 1980 a 1985, durante o governo João Baptista

¹⁰ Idem, extraído do conteúdo das págs. 4 a 6;

Figueiredo, tendo substituído o então Ministro Carlos Heinz Rischbieter e deixando em seu lugar Francisco Dornelles. Foi também Presidente do Banco Central do Brasil por duas vezes (1968-1974 e 1979-1980). Capixaba, antes de ser conselheiro, ocupou o cargo de diretor financeiro da Aracruz (de 1974 a 1978) e foi o Vice-Presidente Executivo da empresa em 1979, exatamente no período entre as suas duas gestões à frente do Banco Central.

Eliezer Batista da Silva, que é conselheiro desde 1996, foi Ministro de Minas e Energia de 1962 a 1964. Foi também Secretário de Assuntos Estratégicos para o governo brasileiro em 1992. Exerceu mais de uma vez a função de Presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). É considerado um dos homens mais influentes em termos de definição de iniciativas de desenvolvimento econômico para o país nos dias de hoje, especialmente nas áreas de siderurgia, mineração, agricultura etc.

Luiz Aranha Corrêa do Lago, que é hoje diretor de planejamento da Lorentzen Empreendimentos S/A, foi Diretor do Banco Central de 1987 a 1988. Inicialmente foi suplente do Conselho da Aracruz, de 1998 a 2004, passando então a membro efetivo do órgão.

Por sua vez, Sandra Starling, que é conselheira da Aracruz desde abril de 2003, foi Secretária Executiva do Ministério do Trabalho a partir do mesmo ano, já no governo Lula, até julho. É ex-deputada federal, fundadora do Partido do Trabalhadores (PT) e atuante nas lides sindicais.

Os demais membros do Conselho da Aracruz são: Carlos Alberto Vieira (Banco Safra), João Carlos Chede (diretor executivo do Banco Safra e das empresas do grupo), Haakon Lorentzen (filho de Erling Lorentzen, fundador da Aracruz Celulose, é Vice-Presidente da Lorentzen Empreendimentos S/A), Raul Calfat (Diretor Geral da Votorantim Industrial), Álvaro Luis Veloso (Diretor Corporativo de Planejamento Estratégico da Votorantim Investimentos Industriais) e Nelson Koichi Shimada (Votorantim).

Pela Lei das S/A, todos os membros do Conselho devem ser acionistas da companhia. No caso da Aracruz, os membros do seu Conselho de Administração e a sua diretoria detêm menos de 1% de qualquer classe de ações da empresa. Se verificarmos, porém, a posição acionária dos membros do Conselho da Aracruz no quadro a seguir¹¹, veremos quão curiosa é a da conselheira Sandra Starling, cuja impressão que passa é de que está no Conselho na qualidade de representante do BNDES, acionista da empresa:

	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Total	% do total de ações
Conselho de Administração				
Carlos Alberto Vieira	1.000	-	1.000	0,00
Ernane Galvêas	91	-	91	0,00
João Carlos Chede	659	-	659	0,00

¹¹ Extraído do website da Aracruz Celulose, www.aracruz.org.br;

Luiz Aranha Corrêa do Lago	7	-	7	0,00
Eliezer Batista da Silva	13	-	13	0,00
Haakon Lorentzen	10	-	10	0,00
Raul Calfat	-	501	501	0,00
Alvaro Luis Veloso	-	1	1	0,00
Nelson Koichi Shimada	-	1	1	0,00
Sandra Meira Starling	-	1	1	0,00

Com relação a autoridades estaduais, o jornal *Século Diário*, em artigo intitulado "Grandes projetos, enormes estragos" menciona episódio ainda do início do período de implantação da Aracruz:

"Em matéria de emprego, o único que se beneficiou mesmo foi o ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, o idealizador dos Grandes Projetos, quando ainda se encontrava no governo de Cristiano Dias Lopes. Depois que deixou o governo ele ocupou a diretoria administrativa da Aracruz e, em seguida, a presidência da CST."¹²

Também, sobre aquele período inicial, Anna Fanzeres, em seu diagnóstico de conflitos "sócio-ambientais" em relação a plantações de árvores, cita Antônio Dias Leite Júnior, dono da empresa de consultoria que concebeu o Projeto Aracruz, que posteriormente foi Ministro das Minas e Energia do governo do Presidente Costa e Silva, justamente quando a Aracruz é criada e inicia as suas atividades.¹³ E segue comentando uma série de fatos que demonstram as inter-relações entre a empresa e atores políticos locais e nacionais, que de uma forma ou de outra ajudaram a consolidar as atividades da Aracruz e a colocá-la na posição de destaque que hoje ocupa no meio empresarial.¹⁴

Se é certo que, durante o período da ditadura, o mesmo ocorreu com várias outras empresas nos mais diversos setores da economia brasileira, também precisa ser ressaltado que "a partir da década de 70, com o início dos anos do 'Milagre Brasileiro' de crescimento econômico, muda o cenário de políticas públicas para o setor florestal", cuja ascensão ao mercado exportador passa a integrar os objetivos estratégicos do governo. Assim, foram criados e/ou reformulados mecanismos tributários que privilegiaram muitíssimo o setor¹⁵, sendo certo que os governos militares não mediram esforços para apoiar e garantir o sucesso de seus objetivos nesta área.

¹² www.seculodiario.com.br;

¹³ "Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados" - Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação a plantações de árvores apresentado na 8ª reunião ordinária da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLOR), Relatório Final de Consultoria, Anna Fanzeres (coordenação, redação e edição final), Programa Nacional de Florestas/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, 2005, pág. 50;

¹⁴ Idem, págs. 50 e 51;

¹⁵ Idem, págs. 5 e 10 a 12;

“De maneira geral, para todo o Brasil, o grande salto para a consolidação dos projetos de produção de celulose de mercado em larga escala ocorreu a partir de 1974. O contexto internacional advindo do impacto da crise do petróleo, provocou uma drástica redução nas taxas de crescimento. Mas, para continuar a demonstrar o sucesso do modelo brasileiro, os militares no controle do país resolveram investir maciçamente na indústria nacional. Assim o governo federal, como mecanismo emissor e regulador de políticas públicas, também contribuiu na equação de construção do cenário atual de conflitos sócio-ambientais em relação à plantação de árvores. Na época do lançamento do II PND (1974/78), os chamados Grandes Projetos de Investimento (GPIs) passaram a ser considerados como a alternativa estratégica contra a inércia da população, principalmente rural, em se engajar no processo de desenvolvimento. Entre os setores estrategicamente selecionados, para a promoção da integração nacional e também alavancagem do Brasil no cenário internacional, estava o segmento celulósico-papeleiro... Com isso, grandes empresas, estatais, privadas ou para-estatais receberam a incumbência de promover o desenvolvimento econômicos nos recônditos do Brasil”.¹⁶

Por fim, vale lembrar ainda que mais recentemente o estado do Espírito Santo vem sendo assolado por um processo de degradação das suas instituições, que atinge do Poder Executivo ao Legislativo, alcançando até mesmo o Judiciário. São notórias as denúncias contra o Poder Legislativo local, que em tempos recentes estaria dominado pelo grupo ligado ao Deputado José Carlos Gratz, que por diversas vezes ocupou a Presidência da Assembléia Legislativa. O Sr. Gratz foi acusado de associação com atividades criminosas, tendo sido inclusive preso.

As denúncias atingiram também o Judiciário, cujos integrantes protegeriam as atividades criminosas dos grupos que corrompiam as estruturas daquele estado, sendo que os poucos Juizes que se insurgiam contra tais desmandos eram severamente perseguidos. Um deles chegou a ser assassinado a mando de outro Juiz envolvido nas irregularidades. A polícia do estado também foi denunciada como tendo em seus quadros policiais que integravam quadrilhas de roubo de cargas, tráfico de drogas e assassinatos seletivos. A questão chegou ao ponto de determinar, no final do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a criação de uma força tarefa reunindo Polícia Federal, Procuradoria da República etc, para dar conta da imensa tarefa de investigar todas os setores envolvidos em atividades criminosas.

O trabalho dessa força tarefa teve seguimento no atual governo, quando as denúncias de ligação com atividades suspeitas atingiram, por exemplo, o ex-governador do Espírito Santo, Elcio Álvares. Elcio Álvares, que também foi Senador e Ministro da Defesa no governo FHC, enquanto governador do estado, teria pretendido ceder áreas de proteção ambiental para a exploração econômica.¹⁷

¹⁶ Idem, pág. 51;

¹⁷ “A Ferro e Fogo – A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”, Warren Dean, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, pág. 321;

A questão indígena – disputa de terras com os povos Tupiniquim e Guarani M'bya

Os índios Tupiniquim e Guarani M'bya travam uma batalha acirrada com a Aracruz Celulose pela posse de suas terras tradicionais, hoje em grande parte nas mãos da empresa. A empresa, por sua vez, diz que está disposta a respeitar os direitos dos índios, mas que quer antes saber se são realmente índios (especificamente com relação aos Tupiniquim) e se há provas da sua posse imemorial sobre a totalidade da área que reivindicam. Escuda-se nas idas e vindas do próprio órgão indigenista para afirmar que a "Funai cada hora diz uma coisa", o que desqualificaria o reconhecimento feito no âmbito do procedimento administrativo de demarcação não assinado pelo Ministro da Justiça.

Sobre este assunto, vejamos inicialmente um breve histórico sobre os conflitos fundiários com os povos indígenas no Espírito Santo:

- Em 1975, a FUNAI, a UFES e a Secretaria Estadual do Trabalho celebram convênio para pesquisas antropológicas junto aos grupos indígenas localizados no estado do Espírito Santo.
- Em dia 17 de dezembro de 1979, foi publicada a Portaria da FUNAI nº 609/N/79 que declarava de ocupação indígena a Terra Indígena (TI) Caieiras Velhas (2.700 ha.), a TI Pau Brasil (1.500 ha.) e a TI Comboios (2.300 ha.), totalizando 6.500 hectares.
- Após a Constituição de 1988, que alterou as bases de reconhecimento dos direitos indígenas no país, as comunidades indígenas em 1993 solicitaram à FUNAI a ampliação das TIs Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios.
- Em outubro de 1995, o Grupo de Trabalho (GT) criado pela FUNAI apresentou um Relatório com a proposta de unificação das TIs Caieiras Velhas e Pau Brasil, que passariam a se chamar TI Tupiniquim, com 14.270 hectares de extensão. Além disso, a TI Comboios passaria a ter 3.800 hectares de extensão.
- Em 1997, o Ministro da Justiça Íris Rezende, contrariando os pareceres técnicos do GT, reconheceu a ampliação de apenas 2.571 hectares sobre os limites declarados em 1979 (Portarias do Ministro da Justiça nºs 193, 194 e 195), sob o argumento de que não havia bases para o reconhecimento pretendido.
- No início de 1998, insatisfeitos com o resultado da decisão do Ministro da Justiça, os índios ocuparam a totalidade das áreas reivindicadas. A Aracruz obteve liminar de reintegração de posse concedida pela Justiça Federal e os índios, por ação da FUNAI e da Polícia Federal, foram removidos da área ocupada.
- Em 02 de abril do mesmo ano, a Funai e o Ministério Público Federal (MPF) intermediaram a assinatura de um acordo entre os índios e a Aracruz, em que as comunidades aceitavam a decisão do Ministro Íris Resende em troca do recebimento de R\$ 13,5 milhões, a serem repassados pela empresa no prazo de 20 anos.

- Posteriormente, o MPF em Brasília, entendendo que o acordo prejudicava o interesse dos índios, tornou sem efeito a sua participação no mesmo.
- Em 2002, foram assinados termos aditivos ao Acordo entre Aracruz e as comunidades indígenas, elevando para R\$1.400.000,00/ano os recursos a serem repassados pela empresa para projetos de geração de renda, comprometendo-a ainda com outras ações, como um programa de empregabilidade e o pagamento de bolsas de estudo a alunos universitários.
- Em 2005, os índios voltaram a ocupar parte das terras que reivindicam, iniciando uma auto-demarcação de seus limites. Simultaneamente, solicitaram ao atual Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos que reconheça a sua posse permanente com base nos estudos do GT de 1995, num total de 18.070 hectares, dos quais cerca de 11.000 ha. ainda estão nas mãos da Aracruz Celulose.
- No último dia 10 de agosto, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em Brasília, que contou com a participação de lideranças indígenas, o representante do Ministério da Justiça, Roberto Lustosa (também vice-presidente da FUNAI), declarou que os estudos realizados pela FUNAI, são plenamente válidos. A empresa, por sua vez, representada por seu Diretor de Meio Ambiente e Relações Corporativas, Carlos Alberto Roxo, questionou os estudos da Funai e defendeu a posição de que a questão deveria se resolver na Justiça, já que só assim uma '*solução estável*' poderia ser garantida. Manifestou ainda a intenção de voltar a repassar para as comunidades indígenas os recursos estabelecidos nos acordos/termo aditivos anteriormente firmados (suspensos desde a ocupação das terras no início deste ano) até que uma decisão judicial se concretize, condicionada obviamente à retirada pacífica dos índios.

Durante a audiência, a qual estivemos presentes, conversamos com o Diretor de Assuntos Fundiários da FUNAI, Artur Nobre Mendes, que nos disse que o Ministro da Justiça estaria inclinado a reconhecer a área reivindicada pelos índios, havendo inclusive a possibilidade de que isso ocorresse num processo de entendimento com a Aracruz. Porém, ainda segundo Artur Nobre Mendes, a Aracruz deseja uma garantia de que, uma vez reconhecidos os 18.070 hectares, não existiriam novos pedidos de ampliação.

Isto em parte coincide com o que nos disse o próprio Diretor da Aracruz Carlos Alberto Roxo, durante a audiência na sede da empresa em São Paulo, quando, em que pese ter reafirmado os argumentos contrários aos estudos da Funai, informou que, não obstante, a empresa estaria disposta a devolver a terra aos índios, caso restasse definida a sua extensão no âmbito de uma decisão judicial que não permitisse novas alterações posteriores. A empresa reconhece que as pendências em relação ao reconhecimento dos direitos indígenas são capazes de afetar profundamente a sua imagem e os seus esforços no sentido de uma responsabilidade socioambiental, razão pela qual alcançar uma solução para os seus problemas com as comunidades indígenas na região é hoje uma prioridade institucional.

Vale dizer que a Aracruz Celulose já tentou retirar judicialmente os índios da área ocupada no início deste ano, tendo movido uma ação de reintegração de posse na Justiça Federal em Vitória, capital do Espírito Santo. A empresa inicialmente conseguiu uma ordem para remover os índios, mas que foi posteriormente cassada pelo Tribunal Regional Federal sediado no estado do Rio de Janeiro.

O MPF, que defende os interesses dos índios na ação judicial, está pedindo que a Justiça mantenha os índios na posse da totalidade da terra, sob o argumento de que os 18.070 hectares são terras tradicionais indígenas e que os pretensos direitos da Aracruz Celulose se fundamentam em títulos de propriedade absolutamente nulos, portanto sem nenhum valor.

Sobre a disputa com os índios, embora reconheça a possibilidade devolver-lhes o seu território, a Aracruz em síntese alega que:

- "Começou a comprar terras no Espírito Santo em meados da década de 60, diretamente dos seus legítimos proprietários, segundo documentação comprobatória da linha sucessória fundiária. Mais de 80 proprietários estavam nestas terras há várias gerações, muitos advindos da imigração italiana ao Brasil. Os títulos estão registrados em cartórios e as terras estão em poder da Aracruz desde sua instalação. Na época da aquisição das propriedades não surgiu nenhuma disputa nem questões controversas envolvendo a operação, como expulsão de índios ou não índios.
- As comunidades padecem de problemas estruturais, como carência de emprego e desassistência do setor público em áreas básicas. Isso as faz voltarem-se muitas vezes para a Aracruz, na expectativa de que essas necessidades sejam satisfeitas.
- É necessário destacar a recorrente falta de segurança jurídica para a Aracruz nessa questão. De nada adiantou a declaração da própria FUNAI, no primeiro acordo firmado com as comunidades, em escritura pública, de que as terras da Aracruz não eram de domínio indígena, pois a própria FUNAI revogou posteriormente essa declaração. Do mesmo modo, de nada adiantou a presença do Ministério Público na negociação, elaboração e assinatura do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, se agora o próprio Ministério Público ataca o documento por ele firmado e as Portarias Ministeriais que o TAC afirmou serem legítimas.
- A Reserva Indígena já foi ampliada 2 vezes, e a possibilidade de uma terceira ampliação permite que a empresa tema que o processo não se esgote neste ato. Novas ampliações poderiam vir a ser reivindicadas no futuro, em um processo de tomada progressiva de suas terras, das quais a Aracruz depende para abastecer de madeira a sua fábrica de celulose, para atender aos seus clientes, para manter os milhares de empregos diretos e indiretos que gera, para remunerar seus acionistas e para promover o desenvolvimento das comunidades, dos estados onde atua e do país. Isso não é aliás novidade, visto que o próprio Governo tem manifestado preocupação em encontrar uma fórmula jurídica que permita encerrar os sucessivos ciclos de ampliações de reservas indígenas já demarcadas, que hoje se observa no país. Esse ambiente

de instabilidade provoca grande insegurança jurídica, que ameaça não apenas a continuação dos investimentos programados pela Aracruz, como afeta o clima de investimentos no país em geral.

- Em resumo, a Aracruz tem grande respeito pelas comunidades indígenas e está empenhada em buscar uma solução estável, não só em termos do relacionamento com essas comunidades, mas também em termos da indispensável segurança jurídica, da qual não pode abdicar em vista das obrigações com seus acionistas, clientes, empregados, fornecedores, comunidades e com o próprio país.¹⁸

Vale apenas lembrar que as referências à presença dos Tupiniquins nas terras do atual município de Aracruz remontam a Jean Lery (1557), que os encontrou na foz do Rio Piraquê-Açu. O professor Celso Perota, da Universidade Federal do Espírito Santo, rastreou estas referências¹⁹ e é com base em dados históricos e em relatos testemunhais que se baseia o laudo antropológico que resultou na identificação dos 18.070 hectares de terras já citados.

Em conversa com o antropólogo Carlos Augusto Rocha Freire, responsável pela coordenação do GT que reestudou as TIs dos Tupiniquim e Guarani M'bya, este relatou ter tido imensa dificuldade para acessar a cadeia dominial dos imóveis que integram a área reivindicada pelos índios Tupiniquim, só tendo conseguido por intermédio da própria Aracruz. Este dado é fundamental, pois contestar de forma eficiente a validade dos títulos de terra que eventualmente compõem tal cadeia dominial, é indispensável para comprovar de maneira inequívoca o direito dos índios à retomada de seu território tradicional.

Carlos Augusto falou ainda que boa parte dos títulos que embasam os direitos da Aracruz sobre o território reivindicado pelos índios incidem exatamente sobre locais que os índios consideram referenciadores de sua presença tradicional na região. Que o GT de identificação das TIs teve problemas internos no seu funcionamento, motivados por resistências dos funcionários dos órgãos fundiários, principalmente os do Espírito Santo.

Para efeito de verificar como se deu o processo de expropriação das terras indígenas no Espírito Santo, o Despacho nº 40, de 27/12/1996, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13/01/97, às páginas 659/662, que trata do reestudo da identificação e delimitação da TI Comboios, diz o seguinte:

"Embora detivessem a posse de seus territórios de ocupação tradicional, os índios Tupiniquim não tinham por parte do Governo do estado do Espírito Santo, nem por parte do Governo Federal, o reconhecimento oficial dos direitos de posse sobre suas terras. Assim, a partir da década de 40, as terras dos índios Tupiniquim, então consideradas como devolutas, foram sendo ocupadas por novos ciclos de desenvolvimento econômico que desconheciam sua existência e comprometeram seriamente sua capacidade de reprodução física e cultural.

¹⁸ www.aracruz.org.br;

¹⁹ Jornal *online* Século Diário, www.seculodiario.com.br;

As atividades da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), na década de 40, aceleraram o processo de destruição das florestas da mata atlântica existentes nas terras dos índios Tupiniquim, que foram convertidas em carvão vegetal, pastagens e plantações de café. A implantação da Aracruz Florestal na década de 60, depois Aracruz Celulose S.A, implicou enormes transformações sócio-ambientais para os índios Tupiniquim, que perderam 30 mil hectares de florestas nativas, substituídas por plantações homogêneas de eucaliptos. Indefesos diante das intimidações e violências cometidas por prepostos dessa empresa (cf. Relatório GT Portaria 0783/94, fls.67-69) e sem contar com o apoio decisivo da Funai, aos índios Tupiniquim restou apenas um exíguo e degradado território aonde não era mais possível estruturar suas vidas conforme seus usos e costumes tradicionais".

Sobre o assunto, Anna Fanzeres, em seu relatório para o PNF já citado, diz o seguinte:

"E também existem denúncias quanto à forma como a Aracruz se legitimou como proprietária de parte da base territorial que hoje ocupa. Em 2002, o Jornal do Brasil publicou uma matéria sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (mais sobre o assunto adiante) sendo conduzida pela Assembléia Legislativa do estado do Espírito Santo sobre as práticas da Aracruz Celulose. Vários ex-funcionários da empresa foram ouvidos pelos parlamentares descrevendo como, na década de 70, haviam atuado como intermediários na compra de terras devolutas do estado para a Aracruz. Estas terras só poderiam ser adquiridas por pessoas físicas e que fossem produtores rurais que iriam trabalhar na área requerida. Os vários depoimentos prestados à CPI e descritos em detalhes no relatório da FASE já mencionado, reportam que a pedido da empresa os funcionários assinavam requerimentos em seus nomes, e que a maioria não tomava conhecimento posterior da existência destas terras ou da propriedade das mesmas. Desta maneira cerca de 22.000 ha. de terras devolutas requeridas por 29 ex-funcionários da Aracruz haveriam passado para o controle da empresa."²⁰

O Diretor da Aracruz Carlos Alberto Roxo, ao comentar a questão, diz que "os procedimentos necessários à época para a legitimação de áreas por pessoas jurídicas eram extremamente burocratizados e demorados se comparados à legitimação requerida por pessoas físicas. Por essa razão, as empresas interessadas, e não apenas a Aracruz, em consenso com as autoridades estaduais de então, optaram por requerer a legitimação por intermédio de pessoas físicas, que poderiam ser seus empregados ou não. No caso das empresas que deram origem à Aracruz, a opção foi por requerer a legitimação através de seus ex-funcionários. Demonstrando a transparência desses processos, os próprios requerentes apresentaram aos órgãos estaduais competentes, declarações acerca da finalidade do respectivo pedido de legitimação, qual seja, a participação em projeto de reflorestamento, atividade

²⁰ Ver nota de rodapé nº 2;

esta incentivada e fomentada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento então vigente, informando, ainda, o nome da empresa que implantaria o projeto. Todo o processo de legitimação foi conduzido pelas autoridades estaduais competentes, inclusive no que respeita aos trabalhos de campo para verificação dos limites e confrontações, bem como para constatação da inexistência de posseiros ou terceiros interessados. Como se vê, as denúncias são deturpação de fatos, com objetivo de fazer com que pareça ilegal o que legal está, pois as antecessoras da Aracruz eram empresas que possuíam projetos de reflorestamento aprovados pelas autoridades federais e, como tais, estavam aptas a legitimar terras devolutas. Optando por fazê-lo por um dos dois caminhos que lhe eram facultados pela legislação, essas empresas não cometeram qualquer ilegalidade. Tanto isso é verdade que, mesmo após mais de 25 anos de tais fatos, jamais houver qualquer ação de posseiros, do Estado, ou de terceiros contestando os títulos de aquisição da Aracruz."²¹

Em entrevista que tivemos com o Diretor Jurídico da Aracruz, José Luiz Braga, este reafirmou os argumentos acima transcritos, enfatizando se tratar do uso de uma brecha da legislação, que no entanto não representaria qualquer ação indevida por parte da empresa. Porém, há que se verificar se a lei permitia que os requerimentos fossem posteriormente transferidos para pessoas jurídicas, sabendo-se previamente que os requerentes não seriam aqueles que iriam exercer a atividade de reflorestamento. Uma análise mais detalhada da legislação do período pode trazer novos esclarecimentos, ainda mais quando se sabe que a Aracruz, naquele momento, tinha uma participação muito maior de capital estrangeiro, o que pela legislação brasileira poderia ter dificultado o procedimento. Está em jogo aqui distinguir se trata-se de mera brecha ou de efetiva burla da legislação.

Dito isso, em que pese estar comprovada a ocupação dos índios sobre as terras por eles reivindicadas no Espírito Santo, caso permaneça o impasse na obtenção de uma decisão do Ministro da Justiça, ou em não se concretizando a via negocial com a Aracruz Celulose acima mencionada, será preciso um esforço maior de pesquisa, com a provável contratação de profissionais especializados que assessorem os índios na produção dos estudos capazes de atestar a nulidade dos eventuais títulos de domínio da Aracruz.

A falta de documentação oficial aliada à instabilidade com que o órgão indigenista historicamente tratou esta questão fazem da solução das pendências fundiárias entre índios e Aracruz Celulose no Espírito Santo um desafio mais complexo do que o normal, exigindo um esforço concentrado para dar conta de um confronto pela via administrativa e judicial, que dificilmente se resolverá em curto prazo.

Quilombolas e suas demandas territoriais

Tal como os índios Tupinikim e Guarani, os quilombolas do norte do Espírito Santo também estão às voltas com conflitos fundiários em relação à Aracruz Celulose. O boletim Fase Notícias, trazendo depoimento do quilombola

²¹ Sumário Executivo, apresentados à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em audiência pública realizada no dia 07.05.2003;

Domingos Firmiano dos Santos, o "Chapoca", fala de como vivem e quais as reivindicações dos quilombolas dessa região nos dias de hoje:

"A questão quilombola no Espírito Santo é semelhante aos problemas históricos vividos pelos índios, mas no caso deles a maior parte das famílias desalojadas de suas terras hoje incrementa a violência social na grande Vitória. Chapoca contou que um levantamento feito pela ONG Koinonia há dois anos revela uma diminuição trágica na população quilombola do estado. "A gente tinha na região do Sapê do Norte, antes da empresa chegar, cerca de 10 mil famílias. Hoje, encontramos 1.200 vivendo confinadas no meio do eucalipto", disse ele.

Esta diminuição, que revela um êxodo de quilombolas em direção à cidade grande, foi causada pela chegada da Aracruz Celulose à região onde ficam os municípios de São Matheus e Conceição da Barra, no norte do ES. "Como aquela era uma terra fértil, perto do mar e ali moravam os negros, a empresa entrou pressionando os negros a trabalhar para ela. Mas tínhamos outros costumes, nós trabalhávamos em mutirão, as terras eram livres e os animais eram criados soltos. Então eles começaram a pressionar, quando não conseguiam comprar a terra na lábia, pressionavam com a polícia. E realmente expulsaram os negros da terra. Foi violento em várias ocasiões, e em alguns casos houve mortes. Parte desses negros se encontra nas grandes favelas de Vitória, e por falta de estrutura financeira e cultural para viver na cidade, muitos entraram para a criminalidade e a prostituição", conta Chapoca.

Quem resistiu à Aracruz e ficou sofre as conseqüências de viver em meio à monocultura do eucalipto. "A grande preocupação da comunidade é recuperar rios e florestas. Sem a água não podemos viver, e essas empresas do eucalipto secaram todos os pequenos córregos. A plantação de eucalipto é sem planejamento, feita em área contínua, então eles plantam em cima de rio, nascente, lagoa, é um absurdo! Nossa preocupação não é só em ganhar a terra, é recuperar a natureza com plantio de sementes, criar um viveiro de mudas e, gradativamente, retirar o eucalipto", diz o quilombola.

A luta quilombola no ES atualmente se encontra em compasso de espera. As mais de mil famílias aguardam que o Incra conclua estudos cartoriais, antropológicos e territoriais. Quando prontos, estes estudos valerão para os quilombolas como um documento oficial que afirma ser deles a terra em que estão. E que hoje, como no caso dos índios, está sob posse da Aracruz Celulose. "A gente sabe que a lei é morosa, portanto assim que delimitar a área vamos demarcar por conta própria e entrar. Atualmente as propriedades se limitam a dois alqueires. Mas tem famílias que reúnem várias gerações, estão crescendo com filhos e netos, e não há espaço. Há uma necessidade imediata de ampliação dessas terras", diz ele.²²

²² "Quilombolas, um povo esquecido e afetado pelo Deserto Verde", Fausto Oliveira, 13/06/2005, www.fase.org.br

São muitas as comunidades negras rurais que reivindicam direitos territoriais em áreas ocupadas pela Aracruz Celulose. Citamos a seguir algumas delas: Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Sapê do Norte (São Mateus e Conceição da Barra), Comunidade Santa Luzia do Rio Preto, Comunidade São Jorge, Comunidade de Linharinho, Comunidade São Benedito, Comunidade Bom Pastor, Comunidade São Cristóvão, Comunidade Divino Espírito Santo, Comunidade Nossa Senhora das Dores.

Mais uma vez, Anna Fanzeres, em seu relatório para o PNF já citado, diz que no "Espírito Santo estima-se que existam 32 comunidades quilombolas, incluindo o território de Sapê do Norte, e outras que estão sendo cadastradas. A área do Córrego do Angelim já foi reconhecida pela Fundação Palmares como terra quilombola e o INCRA já informou que começou a regularizar as comunidades de Retiro, em Santa Leopoldina, no sul do estado, e de Linharinho. Até 2006, a previsão é de que 10 áreas dos negros sejam tituladas."²³

Anna Fanzeres também relata as ameaças que teriam sido feitas pela Aracruz contra comunidades quilombolas:

"Como descrito no relatório da FASE (2002), 'segundo os relatos dos negros mais idosos, a empresa Aracruz Celulose valia-se de duas personalidades que marcaram os processos de convencimento e coação das famílias da comunidade negra do Município de São Mateus a deixarem suas terras. A primeira, o senhor Benedito Braulino (o Pelé), que teria sido acionado pela Aracruz Celulose como tática de convencimento, por também ser negro e ter acesso pacífico às comunidades, além de ser comerciante no aglomerado urbano, o que facilitava um papel de intermediário nas relações das famílias que ocupavam as terras em questão com os demais segmentos sociais. Segundo as entrevistas, nessa primeira fase de abordagem, o Grupo Aracruz se utilizava do Pelé visando à sedução dos negros, a partir de promessas de empregos na empresa, e de que seus filhos e filhas iriam ter melhores condições de estudo nas cidades, ampliando as oportunidades de emprego para as comunidades no futuro. E outra figura importante no processo de coação foi o tenente Mençon. Este teria se utilizado da patente do Exército brasileiro, ameaçando queimar ou passar com trates sobre os casebres das famílias residentes, se estas resistissem a deixar as terras que cultivavam, em favor da Aracruz Celulose."²⁴

Durante a nossa conversa com o Diretor Jurídico da Aracruz, José Luiz Braga, este comentou que, com relação aos quilombolas, a empresa considera haver "uma demanda muito artificial". Segundo ele, a empresa vê "as comunidades negras em sua área de influência como populações carentes e merecedoras de alguma atenção". Informou ainda que estarão contratando um antropólogo para buscar entender melhor a situação dessas comunidades, sendo certo de

²³ Ver nota de rodapé nº 2;

²⁴ Idem;

que por agora estão premidos pela problemáticas indígena, cuja solução é prioritária.

Expansão e desmatamento

Sobre o tema, vejamos o que diz a empresa:

“A Aracruz estabeleceu seus primeiros plantios de eucalipto no Espírito Santo em meados da década de 60. A maioria das terras adquiridas para o plantio de eucalipto já estava bastante desmatada em função do anterior cultivo do café e de um ciclo de exploração de madeira que se estendera por mais de meio século. Para que se tenha uma idéia, àquela época existiam, apenas no município de Aracruz, no norte do estado, mais de 40 serrarias em operação, que cortavam a madeira da floresta nativa da região para a produção de carvão e outros produtos florestais.

Os primeiros plantios da empresa foram estabelecidos de acordo com a legislação em vigor à época, que não era tão rígida quanto a atual, uma vez que não havia tanta preocupação com a questão ambiental quanto existe hoje. Por isso, alguns fragmentos isolados e empobrecidos de mata nativa podem ter sido removidos durante a etapa inicial de plantio. Mas ao longo das últimas décadas, a Aracruz não apenas preservou extensões consideráveis de mata nativa em suas propriedades como também recuperou áreas adicionais; hoje, a empresa protege 133 mil hectares de reservas nativas da Mata Atlântica e ecossistemas associados no Espírito Santo e na Bahia entremeados com 252 mil hectares de plantios de eucalipto. As fotos de satélite existentes mostram que essas áreas têm uma proporção de ecossistemas nativos muito maior do que as áreas no seu entorno, em sua maioria já completamente desmatadas.

Além disso, estudos científicos mostram que os níveis atuais de biodiversidade nas áreas da empresa - inclusive nos plantios de eucalipto - são mais altos do que seriam caso a empresa não tivesse se estabelecido na região, em função do vasto desmatamento que já havia ocorrido.”

Durante a entrevista com o Diretor de Meio Ambiente da Aracruz, Carlos Roxo, tivemos oportunidade de observar uma imagem de satélite da área onde está instalada a empresa no Espírito Santo. A situação é de fato muito crítica. Toda a região no entorno da empresa apresenta altíssimo grau de desmatamento, estando as poucas manchas de verde concentradas dentro dos limites das terras da Aracruz. A questão que se coloca é, no entanto, sobre a qualidade e sustentabilidade desse verde, na medida em que as manchas nada mais são do que grandes extensões de monocultura de eucalipto entremeadas com pequenas áreas de mata nativa (este assunto será abordado com mais detalhes no tópico que se segue).

Sobre a expansão do desmatamento, é preciso dizer que hoje a empresa possui o chamado Programa Produtor Florestal, através do qual alega que

cerca de 62 mil hectares de eucaliptos já foram plantados em 71 mil hectares de terras contratadas, localizadas em 131 municípios do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. No Rio Grande do Sul são mantidos, em associação com terceiros, mais de 7 mil hectares de plantios.

O Programa Produtor Florestal é celebrado como uma atividade extremamente positiva, baseada na parceria da empresa com produtores rurais. Segundo a empresa, o Programa "garante o aproveitamento de terras ociosas, a geração de novas rendas e a diversificação da atividade agrícola, ao mesmo tempo em que proporciona uma fonte alternativa de madeira, contribuindo para a preservação das matas nativas remanescentes nas propriedades."

Na verdade, porém, através dele a empresa pode estar incentivando novas derrubadas de mata nativa para o plantio de eucalipto, sendo certo que o programa pode representar uma expansão escamoteada das atividades da empresa, que dessa forma, escapa às limitações e exigências de licenciamento quanto a novas expansões de suas atividades.

Para a Rede Alerta contra o Deserto Verde, "o Programa de Fomento Florestal da Aracruz é a principal estratégia da empresa para continuar a expansão de suas plantações de eucalipto e desta maneira pulverizar os impactos ambientais e sociais destas atividades".²⁵

Novamente Anna Fanzeres, em seu relatório já citado para o PNF²⁶, afirma:

..."a partir da segunda metade dos anos 80, o Setor Florestal ainda buscou meios para garantir sua expansão. A nova estratégia veio por meio de programas de reflorestamento em pequenas e médias propriedades agropecuárias. As 'fazendas florestais' integravam a terra e o trabalho de agricultores tradicionais às necessidades das empresas consumidoras. A promoção do fomento florestal como passou a ser denominado presentemente é o mecanismo preferencial para ampliação da base florestal para o abastecimento de matéria-prima em empreendimentos dos segmentos madeireiro, de papel, celulose e energético."

É preciso que se diga que outras empresas de papel e celulose no país também têm adotado a prática do fomento florestal para a expansão das suas atividades, não sendo esta portanto uma estratégia exclusiva da Aracruz.

A preocupação com o modo como a indústria tem procurado ampliar as suas atividades se faz mais do que presente em razão de que todas as projeções para os próximos anos indicam que o consumo de papel e celulose continuará tão ou mais aquecido do que foi ao longo dos anos 90, prevendo-se a crescente expansão da área de florestas plantadas.

Conforme Anna Fanzeres, no relatório já citado acima:

²⁵ Anna Fanzeres, em relatório para o PNF, conforme nota de rodapé nº 2, página 78;

²⁶ Ver nota de rodapé nº 2;

“Do ponto de vista ambiental, os críticos do programa declaram que atualmente, com apenas 8,34% de remanescente da vegetação original de Mata Atlântica no estado do Espírito Santo, a preocupação deve se voltar para as Áreas de Proteção Permanente (APP) e ainda de Reserva Legal, aonde, de acordo com várias denúncias, os plantios de Eucalipto têm avançado com omissão do IDAF²⁷.”

Além disso, há dúvidas sobre os números da empresa no que diz respeito às áreas que possui cobertas de vegetação nativa. Ela afirma, por exemplo, possuir 16.816 hectares de vegetação nativa no município de Aracruz, mas a Emater do Espírito Santo diz que este município não possui mais do que 7.715 hectares.

2) QUAIS SÃO OS MÉRITOS REAIS (E DEMÉRITOS) DOS ESFORÇOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ARACRUZ CELULOSE?

A atividade de reflorestamento

Warren Dean, em sua obra “A Ferro e Fogo – A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira”, Companhia das Letras, SP, 1996, aborda, a partir da página 330, a questão das atividades de reflorestamento, resumindo de maneira bastante clara a polêmica que enseja este tema.

“Esse descaminho da atividade extrativa poderia ter sido evitado. Em 1975, havia talvez 20 mil km² de árvores plantadas na região da Mata Atlântica. Estas áreas teriam imediatamente dobrado ou triplicado de valor se fosse proibida toda derrubada adicional de floresta nativa. Os proprietários de arvoredos de eucalipto e pinheiro bem poderiam ter cogitado em apoiar as interpretações mais rigorosas do Código Florestal e pressionar o IBDF para reconsiderar sua crença de que as florestas nativas representavam um recurso indistinto da floresta plantada.

Em vez disso, o cultivo de eucalipto e pinheiro foi sistematicamente realizado de maneira a conflitar com a meta de preservar a Mata Atlântica. Conquanto os plantadores experimentais fossem aconselhados pelo IBDF a evitar terras adequadas para agricultura e a plantar em encostas erodidas já despojadas da cobertura de árvores, estavam bem conscientes de que o eucalipto cresce melhor em terra plana com solo saudável ainda não sujeito a erosão – isto é, em terra que poderia, desde que deixada sem cultivo e livre do gado, voltar a ser floresta. As mais cobiçadas de todas eram faixas ainda cobertas com árvores com valor comercial, cuja venda ajudaria a compensar o custo do plantio de eucalipto. Os solos, de que apenas recentemente a mata fora derrubada, não estavam, entretanto, biologicamente mortos. Os micróbios, fungos e minhocas sobreviventes poderiam alimentar as mudas e protegê-las de doenças, possibilitando uma taxa de sobrevivência muito mais alta.

²⁷ Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, órgão responsável pelo licenciamento ambiental no Espírito Santo;

O reflorestamento, portanto, foi paradoxalmente uma causa importante de contínuo desmatamento. Uma vez que também era uma forma de produção mais lucrativa se realizada em larga escala, era identificada com os latifúndios e com as táticas mais retrógradas de grilagem, monopolização de terras ao longo de estradas e recusa do direito de servidão aos ocupantes de áreas de reservas. O reflorestamento empregava menos mão-de-obra que qualquer outra forma de cultivo e, por isso, favorecia o êxodo para as favelas das cidades.

Sem dúvida, o termo reflorestamento, ideologicamente conveniente em certos contextos, era uma fonte de confusão para o público, porque o plantio de eucalipto era apenas outro tipo de monocultura cujo produto, por acaso, era a celulose.”

Não obstante, há os que argumentam que, no contexto atual, a atividade de reflorestamento diminui minimamente a pressão sobre as áreas remanescentes de mata nativa. Ainda que o argumento possa fazer algum sentido, em se tratando da Mata Atlântica, veremos no próximo tópico que a questão requer bem mais do que isso. Não desmatar tem que estar acompanhado dos esforços adequados de preservação, sem os quais o futuro desta floresta está fatalmente comprometido.

Isso sem levar em conta que, como afirma Anna Fanzeres em seu relatório já citado para o PNF, “as plantações de árvores no Brasil, especialmente aquelas formadas por monoculturas de espécies exóticas (ex. gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*) vêm sendo objeto de severas críticas quanto à contribuição para o êxodo rural, formação de grandes latifúndios, redução da biodiversidade e deterioração de mananciais de água. Estas críticas surgiram a partir de situações e relações conflituosas que vêm ocorrendo, por décadas, entre aqueles responsáveis pela implantação e utilização destes plantios de um lado e do outro os moradores das áreas ocupadas e diversas entidades representantes dos interesses da sociedade civil (ex. grupos ambientalistas, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações religiosas, etc.).”²⁸

Preservação da Mata Atlântica e a monocultura do eucalipto

A Mata Atlântica é uma das florestas mais ameaçadas do mundo. A sua cobertura original incidia sobre 15% do território brasileiro, numa extensão de aproximadamente 1.306.421 km², estendendo-se do Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte. Hoje, restam pouco mais de 8% dessa extensão de mata, sujeitos aos mais diferentes tipos de pressão advindas principalmente da expansão urbana e dos efeitos das atividades agrícolas e industriais.

Em que pese este cenário de destruição, a proteção da Mata Atlântica é considerada de fundamental importância, já que ela é um dos 25 *hotspots* de biodiversidade reconhecidos no mundo – áreas que “perderam pelo menos 70% da sua cobertura vegetal original, mas que, juntas, abrigam mais de 60%

²⁸ Ver nota de rodapé nº 2;

de todas as espécies terrestres do planeta"²⁹, segundo Carlos Galindo Leal e Ibsen de Gusmão Câmara.

Além dos fatores tradicionais de pressão que recaem sobre o que sobrou da Mata Atlântica no Brasil, tais como a derrubada da mata para o uso da pecuária, a expansão das áreas destinadas ao plantio de eucalipto e *pinus* passou a merecer destaque como um dos novos elementos do processo sistemático de destruição dessa floresta, principalmente nas últimas três décadas, quando houve um significativo incremento na dinâmica desse processo.

O cultivo da monocultura do eucalipto começou no Espírito Santo nos anos 60 e na Bahia nos anos 80. As condições na Bahia e no norte do Espírito Santo são tidos como ideais para esse cultivo: as características perfeitas de solo e clima³⁰; a tradição da retirada seletiva de madeira; o baixo custo de terras, pessoal, energia e impostos³¹; e o custo de produção mais barato do mundo³². Em 1995, cerca de 1.730 km² no Espírito Santo – quase 4% da área do estado – tinham sido cultivados com essas lavouras e, em 20 anos, as monoculturas de eucalipto no sul da Bahia perfaziam 3.130 km². A indústria de celulose expandiu suas operações no extremo sul da Bahia e no norte do Espírito Santo e as plantações de eucalipto dominam a paisagem nessa região.

Apenas para que se possa ter uma idéia do ritmo da destruição, de 1985 a 1995 foram desmatados mais de 1 milhão de hectares de Mata Atlântica, em 10 estados, destruindo-se 11% do total de remanescentes dessa floresta.

Para o economista Carlos Eduardo Frickmann Young, "embora a área dos estabelecimentos agrícolas voltada para a silvicultura e para a extração de madeira seja muito menor do que a dedicada à lavoura e à pecuária, a silvicultura e as atividades madeireiras têm um impacto significativo na região da Mata Atlântica. A silvicultura consiste, quase exclusivamente, em monoculturas de espécies madeireiras exóticas, especialmente eucalipto e pinheiro, uma tendência que vem crescendo"³³.

Sobre a extensão das áreas ocupadas por essas atividades, recente publicação do Ministério do Meio Ambiente³⁴ informa que, na Mata Atlântica, em 1993, "estimava-se que, por ano, eram explorados cinco milhões de hectares para a produção de madeira e celulose e oito milhões de hectares davam lugar aos cultivos agrícolas".

²⁹ "Status do hotspot Mata Atlântica, uma síntese", in Mata Atlântica, Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas, Fundação SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional, Belo Horizonte, 2005, pág. 03;

³⁰ <http://www.veracel.com.br>

³¹ CEPEDES e CDDH, 1992;

³² Conservation International do Brasil e IESB, 2000;

³³ "Causas socioeconômicas do desmatamento da Mata Atlântica Brasileira", in Mata Atlântica, Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas, Fundação SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional, Belo Horizonte, 2005, pág. 112;

³⁴ "Fragmentação de Ecossistemas, Causas, Efeitos sobre a Biodiversidade e Recomendações de Políticas Públicas", da série Biodiversidade, número 6, Ministério do Meio Ambiente, 2ª edição, Brasília, 2005, pág. 67;

Acontece que, além dos graves problemas ambientais causados pelo cultivo de monoculturas exóticas, como é o caso das plantações de eucalipto, geradoras de perda da biodiversidade, esta atividade também exacerba a concentração fundiária. A atividade, que se sustenta na propriedade de grandes extensões de terras, inviabiliza a posse da terra pelos camponeses, que por sua vez são levados a explorar novas áreas, o que implica na realização de novos desmatamentos.

É de se registrar que, desde os anos 60, a monocultura de eucalipto e *pinus* tem recebido forte apoio governamental, o que contribuiu significativamente para a sua expansão. Este apoio, que já incluiu, entre outras modalidades, a concessão dos chamados incentivos fiscais³⁵ e de empréstimos de recursos baseados no pagamento de juros diferenciados, hoje se materializa no âmbito do Programa Nacional de Florestas (PNF), do Ministério do Meio Ambiente. Warren Dean, em obra já citada, assim descreve a montagem do sistema de apoio à plantação de *pinus* e eucalipto no Brasil:

“A partir de 1966, concediam-se incentivos fiscais federais aos plantadores experimentais de eucalipto e pinheiro. Estes obtiveram sucesso apenas moderado. Em 1975, o programa governamental havia implantado cerca de 14.400 km² de várias espécies desses dois gêneros exóticos no Sudeste e no Paraná. Infelizmente, tais incentivos abriam muita margem para especulação, baixa produtividade e madeira invendável. Dessa forma, naquele ano, emitiu-se uma nova diretriz; a terra de mata era, mais uma vez, tributável, embora se concedessem deduções do imposto a consumidores industriais de madeira, a fim de estimular a integração do plantio de árvores e da produção fabril. Tais medidas visavam a, principalmente, beneficiar a fabricação de pasta de papel, uma vez que se previa o crescimento da demanda interna e mundial para esse produto. O decreto também incentivava as siderúrgicas a se engajar diretamente na produção do carvão vegetal. Assim, os planejadores estavam estreitando a definição do valor potencial das florestas plantadas, apesar de o IBDF estar promovendo o uso da madeira como combustível. Ao limitar tais incentivos a um plantio mínimo de duzentos hectares, estavam também levando os investimentos no eucalipto a se tornarem mais concentrados e atraentes aos investidores estrangeiros.

A companhia que tirou maior proveito dessas novas regras – e que provavelmente ajudou em sua elaboração – foi a Aracruz Celulose...
... A Aracruz obteve um ganho de 26% sobre o seu capital em 1988, graças, em parte, às generosas deduções do imposto de renda.³⁶

Assim, fica claro que a expansão da área plantada com monoculturas como o eucalipto e o *pinus* agregou novas ameaças à sobrevivência da Mata Atlântica, sendo isso particularmente notado no estado do Espírito Santo. Em recente

³⁵ Lei 5.106, de 02/09/66, que dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais;

³⁶ “A Ferro e Fogo – A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”, Warren Dean, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, págs. 326 e 327;

publicação, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo e o MMA apontam para o fato de que o desmatamento e a expansão das monoculturas apareceram dentre os principais problemas identificados para a conservação da biodiversidade, durante consulta realizada junto a representantes de diferentes regiões daquele estado³⁷.

Isso se torna ainda mais preocupante quando se fala da contínua necessidade da expansão das monoculturas de eucalipto e *pinus*, visando suprir o crescente consumo mundial de papel e celulose. No caso do Espírito Santo em particular, dados do Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica-IPEMA indicam que 959 espécies da flora e fauna daquele estado estão ameaçadas de extinção, das quais 240 estão criticamente em perigo, 254 em perigo e 465 são consideradas vulneráveis. Além do que, 40 espécies da fauna e da flora podem já ser consideradas extintas³⁸.

Ressalte-se que "a diversidade biocultural também tem sido devastada pelas alterações descontroladas na região da Mata Atlântica. Um vasto acervo de conhecimento tradicional sobre os sistemas ecológicos e o uso dos recursos e sobre história natural está desaparecendo com o declínio das populações e das práticas das comunidades indígenas da região. As poucas comunidades indígenas que restam estão altamente ameaçadas, afetadas pelos efeitos de longo prazo da colonização e da escravidão e pelo impacto contínuo da introdução de doenças, da perda de florestas, das mudanças no uso da terra e de sistemas econômicos que priorizam modelos culturais estrangeiros de lucro. Hoje, apenas cerca de 134 mil indígenas vivem no *hotspot* Mata Atlântica³⁹.

Também é o caso de mencionar que o desmatamento e a expansão das monoculturas de eucalipto e *pinus*, pela própria natureza da atividade, provocam o isolamento das áreas de florestas que não foram cortadas em meio a áreas agrícolas e urbanas. Este processo, conhecido como fragmentação dos ecossistemas florestais, potencializa os riscos de degradação ao longo dos anos, já que os fragmentos tornam-se "mais susceptíveis ao fogo, à colonização por espécies invasoras, à exploração seletiva feita pelo homem, além de causarem a redução da capacidade das espécies florestais de se reproduzirem e estabelecerem."

É exatamente esta fragmentação dos ecossistemas que ocorre hoje no Espírito Santo, nas terras dedicadas ao plantio da Aracruz, conforme explica a própria empresa em seus relatórios de sustentabilidade e seu website. Todavia, a Aracruz insiste que "embora toda plantação homogênea tenha menos biodiversidade do que uma floresta natural, nas áreas da Aracruz a combinação dos plantios de eucalipto com remanescentes da Mata Atlântica assegura uma rica biodiversidade". E reafirma que "isso tem sido comprovado pelos resultados dos monitoramentos que vêm sendo realizados em uma

³⁷ "Corredores Ecológicos: Conectando Pessoas e Florestas – Síntese dos encontros regionais realizados com os municípios do Estado do Espírito Santo", Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo e Ministério do Meio Ambiente, 2005, pág. 17;

³⁸ Idem, pág. 7;

³⁹ "Status do hotspot Mata Atlântica, uma síntese", in Mata Atlântica, Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas, Fundação SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional, Belo Horizonte, 2005, pág. 07;

microbacia da Empresa. Os levantamentos até aqui identificaram 428 espécies de aves, das quais 18 se encontram ameaçadas de extinção, 45 são raras e 30 endêmicas. Ainda neste estudo, foram identificadas 145 espécies arbóreas em processo de regeneração no sub-bosque do eucalipto e 558 espécies arbóreas por hectare em áreas da floresta nativa. Estes números reforçam a importância da existência de áreas de preservação integradas aos plantios”.

Em outras palavras, a empresa alega que a prática da fragmentação de ecossistemas tem contribuído para a preservação da biodiversidade. No entanto, deixa de considerar os riscos de maior susceptibilidade apontados pelos estudiosos deste modelo, como mencionado anteriormente, desconsiderando ainda a redução da capacidade das espécies da fauna e da flora de se reproduzirem a longo prazo.”

Toda a lógica destas pesquisas tem por base a manutenção dos chamados “corredores ecológicos”, que seriam grandes extensões de terras com ecossistemas considerados prioritários para a conservação da biodiversidade, com a função de prevenir ou reduzir a fragmentação das florestas existentes por meio de uma rede composta de diferentes modalidades de áreas protegidas. O território do Espírito Santo está incluído na área do Corredor Ecológico ou Corredor Central da Mata Atlântica, inclusive sua plataforma continental.

Assim sendo, ainda que a Aracruz insista em alardear uma praxe de preservação da Mata Atlântica, a monocultura do eucalipto associada à fragmentação dos remanescentes de floresta vão de encontro à opinião da maioria dos que se propõem a buscar uma forma de preservar e recuperar a Mata Atlântica nos dias de hoje.⁴⁰

Prêmios e mérito real

A Aracruz Celulose tem recebido uma série de prêmios e dedica uma parte substancial de seus relatórios e das informações em seu website para informar sobre essas premiações, as quais, segundo a empresa, lhes conferem legitimidade pelo reconhecimento de sua postura de responsabilidade social.

Pois bem, se analisarmos os prêmios recebidos pela Aracruz em 2004 e mesmo em anos anteriores, vamos verificar que a maior parte deles é conferida em razão do seu desempenho empresarial, coisa que, a esta altura, não se pretende discutir. No ano de 2004, todos os prêmios conferidos têm este perfil. Assim é, por exemplo, o prêmio de “Empresa do Ano e Maior Empresa do Setor de Papel e Celulose”, conferido pelo jornal Valor Econômico a partir de análises da Serasa e Fundação Getúlio Vargas, provavelmente com base em mérito real referente ao desempenho da empresa. Da mesma forma, o prêmio de “Maior e Melhor do Setor de Papel e Celulose”, conferido pela revista Exame, provavelmente em razão de ser realmente a Aracruz a maior e melhor empresa, em termos empresariais, do seu setor.

⁴⁰ Sobre recuperação da Mata Atlântica, ver “Corredores Ecológicos: Conectando Pessoas e Florestas – Síntese dos encontros regionais realizados com os municípios do Estado do Espírito Santo”, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo e Ministério do Meio Ambiente, 2005, pág. 7;

Entretanto, não se trata de premiações em razão de sua responsabilidade social ou ambiental, como quer fazer crer a empresa. Na verdade, o foco destas premiações está bastante distante da avaliação destas responsabilidades. Todos os seus prêmios – sem exceção – de 2004 vão na linha de destacar o desempenho econômico das empresas no país, o seu tamanho e capacidade de produção. Nada disso está em discussão no momento com relação à Aracruz, razão pela qual não se pode pretender dizer que não há mérito real nas premiações recebidas.

É preciso ficar claro, porém, que não se tratam de premiações ambientais, ou de reconhecimento de responsabilidade socioambiental corporativa.

Em relação aos anos anteriores, é possível identificar nos relatórios da empresa o recebimento de alguns prêmios sérios e de maior destaque na área ambiental. Embora meritórios, não se trata de premiação por reconhecimento genérico de que as atividades da empresa são sustentáveis, além de ambiental e socialmente corretas. Trata-se de prêmios concedidos em função de atividades ou projetos específicos, que portanto, não afastam os questionamentos dos atores sociais locais em relação aos padrões de atuação da Aracruz.

É o caso, por exemplo, do Prêmio Super Ecologia, conferido pela Revista Super Interessante da Editora Abril, no ano de 2003. Tal premiação foi concedida em função do projeto de monitoramento das rotas das baleias jubarte associado ao transporte marítimo de madeira. O mesmo prêmio já havia sido concedido à empresa em 2002, pelo desenvolvimento de uma ferramenta para identificar e controlar odores no ambiente.

Além desses, há um ou outro prêmio de viés ambiental concedido na mesma linha de reconhecimento de ações específicas, mas que não chegam a merecer maiores considerações por serem conferidos por organizações da área de papel e celulose ou por órgãos públicos do estado do Espírito Santo, onde se sabe que não há isenção suficiente para julgar o trabalho da empresa.

O Espetáculo da Terceirização

A Aracruz encerrou o ano de 2004 com 9.242 empregados, dos quais 2.012 são empregados próprios, 144 da Aracruz Produtos de Madeira, 131 da Portocel e 6.955 terceiros permanentes. A Aracruz é considerada uma empresa de destaque no que tange ao oferecimento de condições de trabalho aos seus empregados próprios. Basta verificar os seus relatórios de sustentabilidade para perceber que um número largo de benefícios sociais são a eles concedidos.

Porém, a Aracruz não destoa das demais empresas que intensificaram o processo de terceirização dos seus quadros, estabelecendo padrões diferenciados de benefícios trabalhistas e sociais para os chamados empregados próprios e os terceiros permanentes. Nos já mencionados relatórios da empresa, há uma clara indicação de que tais benefícios são

conferidos aos empregados diretamente contratados – os 2012, fazendo-se um ruidoso silêncio em relação à situação de todos os demais prestadores de serviço. Infelizmente, há que se reconhecer que esta não é uma atitude exclusiva da Aracruz. Ainda que imoral, a terceirização é hoje uma praxe generalizada no mercado empresarial.

O processo de terceirização que marca a conformação do mercado de trabalho no Brasil a partir dos anos 90, e que se caracteriza pela precarização das relações de trabalho e diminuição do grau de proteção social⁴¹ é utilizado pela Aracruz, como ela mesmo declara em seu site, como “uma ferramenta de gestão que visa agregar valor ao seu negócio. Esta prática já vem sendo adotada desde o início dos anos 90, quando se concentrava nas atividades não essenciais. A princípio restrita às áreas de apoio – como restaurante e limpeza –, atualmente estima-se que os terceiros correspondem a cerca de 70% dos recursos humanos necessários para as atividades que têm impacto nos resultados da Empresa”.

Vale dizer, entretanto, que ao ser questionada sobre os motivos pelos quais adota tal política de emprego, a empresa justifica-se por razões que, a olhos desavisados, poderiam até parecer totalmente nobres. É assim quando a Gerente de Relações Corporativas Isaura Frondizi diz, por exemplo, que isso garante à empresa o máximo de pulverização na região. E vai além, argumentando que a empresa opta pela terceirização por conta da necessidade de serviços especializados e que, ao contratar e treinar empregados de empresas prestadoras de serviço, está na verdade criando competências locais e gerando novas oportunidades para a comunidade da região.

Muito embora possa-se perceber algum mérito neste argumento, o fato é que a empresa também se beneficia da sua imagem de garantidora das melhores condições de trabalho para os seus funcionários, o que, nestas condições, não reproduz com exatidão a realidade. A empresa alega incentivar as prestadoras de serviço a adotarem as mesmas práticas e benefícios para com os seus empregados – que na verdade compõem a grande massa de trabalhadores da Aracruz. Este incentivo, entretanto, não constitui qualquer obrigação e, na prática, até mesmo o cumprimento dos mais básicos dispositivos da legislação trabalhistas pelas prestadoras dificilmente será alvo de checagem.

Reponsabilidade social e benefícios às comunidades afetadas

Atualmente, existe todo um esforço teórico para se definir critérios objetivos que permitam estabelecer para as empresas as bases de uma atuação não só economicamente eficiente, mas também socialmente justa e ambientalmente sustentável. Em artigo sobre responsabilidade socioambiental das empresas, de Roberto Kishiname, Paulo Itacarambi e Carmen Weingrill⁴², este desafio

⁴¹ Sobre o assunto, confira o texto de Jane Souto de Oliveira, “Mutações no mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização”, publicado no Especial Mercado de Trabalho, da Revista Democracia Viva, 21, abril 2004/maio 2004, Ibase, pág.6;

⁴² *Artigo-base sobre responsabilidade socioambiental*, in Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92; organizado por Aspásia Camargo, João Paul Capobianco e José Antônio Puppim de Oliveira;

está assim descrito:

...“A crise ambiental em que vivemos exige soluções que vão além da filantropia, assim como a água, o ar puro, o solo fértil e a diversidade biológica são elementos essenciais à vida. Nesse contexto, a atividade empresarial só faz sentido se assume o compromisso de não colocar em risco a sua existência. Fica assim evidente a importância das ações pelas empresas de redução do uso dos recursos naturais, ao lado da eliminação na origem dos resíduos que pressionam ou contaminam os ecossistemas. É dessa responsabilidade socioambiental das empresas que trata este texto”.

Em outras palavras, torna-se fundamental a construção de pactos de entendimento entre o setor empresarial e a sociedade para o estabelecimento das bases em que se assentam o compromisso de cada empresa com a sua responsabilidade socioambiental. Isso, não só para efeito de gerar o cumprimento de tarefas básicas – como não contratar trabalhadores sem carteira assinada ou sujar os rios com dejetos poluentes –, mas para ir além, firmando compromissos em torno da utilização mesma dos recursos naturais e dos seus efeitos.

Infelizmente, a Aracruz ainda opera no velho modelo de que a finalidade de uma empresa parece estar definida unicamente pela prioridade em ser lucrativa, conforme ela mesmo se apresenta em página do seu site:

“A Aracruz entende que a principal responsabilidade de uma empresa é gerar riquezas e, por consequência, empregos e impostos – por meio de investimentos, exercendo suas atividades em benefício da sociedade e em harmonia com o meio ambiente. E é isto que a empresa vem fazendo desde que iniciou suas atividades. Desde 1889 (sic), somente em impostos, a Aracruz gerou mais de US\$ 600 milhões. Na compra de materiais e serviços foram investidos mais de US\$ 3, 6 bilhões.

Além da contribuição que oferece pela própria natureza de sua atividade econômica, a Aracruz tem uma ação social compatível com sua visão empresarial nas regiões onde atua. A empresa investe recursos humanos e financeiros em projetos específicos que possam proporcionar resultados auto-sustentáveis para as comunidades beneficiadas.”

Aliás, naquilo que seria o mais importante passo para que a Aracruz realmente demonstrasse uma posição de quem pauta a sua política de governança corporativa pela da Responsabilidade Social e Ambiental, ou seja, a abertura de um diálogo franco e aberto com os setores da sociedade civil que lhe fazem diversas restrições em razão da sua atuação, a empresa adota uma postura de inflexibilidade.

Embora afirme em seus relatórios que tem iniciado um processo de diálogo com as ongs locais, este processo é tímido e restrito. Durante a entrevista

realizada na sede da empresa, a Gerente de Relações Corporativas Isaura Frondizi, por exemplo, chegou a mencionar que a empresa se recusa a responder os questionamentos de determinadas ongs, como especificamente a FASE/ES. Nas suas palavras, a empresa "simplesmente ignora" a FASE. Além disso, desqualifica claramente outros atores locais, como indígenas e quilombolas, chegando a afirmar que "os Tupiniquim não são índios puros" e que, aos quilombolas, "a empresa não chama de quilombolas", pois que não reconhece naquelas comunidades tais características.

Paralelamente, entretanto, alardeia aos quatro cantos que "produz celulose com responsabilidade social", tentando demonstrar que, ao desenvolver projetos nas mais diferentes áreas, como educação e proteção do meio ambiente, sua conduta em geral estaria abonada.

Não estamos aqui entrando no mérito específico desses projetos, embora, por exemplo, no caso dos projetos educacionais, principal foco das ações de responsabilidade social da Aracruz, a maior parte deles esteja voltada para o atendimento dos seus trabalhadores. Trata-se, na verdade, muito mais de uma atividade de qualificação profissional do que propriamente de um projeto de ação social. O mesmo vale para os projetos desenvolvidos junto aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani, realizados fundamentalmente em razão de obrigações assumidas pela empresa e decorrentes de acordo para que não fosse instada a devolver aos povos em questão parte importante do seu território tradicional, hoje ocupado pela Aracruz – em outras palavras, não se trata em absoluto de benesse.

Independentemente disso, sejam os projetos da Aracruz bons ou ruins, válidos ou não, existe uma contradição que não se resolverá de modo simples, a qual diz respeito ao modo como a empresa atua e que traz em si a idéia de que os seus interesses estão acima dos direitos dos índios, dos quilombolas e do respeito ao meio ambiente. Tudo isso sob o manto de que devido ao fato de recolher milhões em impostos, colaborar para a geração de divisas por meio da exportação, "empregar milhares de empregados", isso a torna, na pior das hipóteses, merecedora de um tratamento especial por parte do estado e de suas agências.

É fundamental que se diga que a questão da responsabilidade social e ambiental no Brasil passa pela definição de indicadores precisos que permitam uma verificação real das atividades de uma dada empresa e que resultem numa avaliação confiável de que a sua atuação se pauta pelo respeito ao meio ambiente e à sociedade. Sem isso, sem a construção desses parâmetros e a checagem das atividades, fica difícil separar o momento em que começa a responsabilidade social e ambiental e em que acaba uma operação de marketing que visa apenas dourar a atuação de uma dada empresa.

Para tanto, esbarramos também na falta de instâncias que presidam a verificação das informações prestadas pelas empresas, sendo que os diferentes institutos que congregam empresas que se declaram adeptas da responsabilidade social adotam procedimentos meramente declaratórios para que as mesmas sejam aceitas como filiadas, baseados fundamentalmente

numa declaração de boa vontade para com os princípios estabelecidos, sem que isto esteja vinculado a uma verificação das práticas de cada um. Ou seja, é notória a falta de um processo de certificação das práticas de responsabilidade social e ambiental das empresas que se dizem adeptas desse conceito no Brasil.

Não obstante, numa análise rápida dos projetos da Aracruz e dos benefícios por esses eventualmente trazidos às comunidades afetadas pela atividade da empresa, fica muito claro que os projetos não estão centrados na tentativa de mitigar os impactos dessas atividades e que tampouco se pautam por uma noção real de responsabilidade social corporativa. Embora a Aracruz teime em tentar associar a sua imagem à questão da responsabilidade social, e ainda que haja uma real pretensão sobre isso, a empresa ainda está engatinhando neste assunto e terá que superar conceitos já obsoletos e mesmo preconceitos internos para assumir uma posição de destaque neste campo. Os seus argumentos não resistem a uma análise imparcial dos seus atuais esforços.

CONCLUSÃO

A primeira conclusão a que se chega, após analisar os inúmeros conflitos socioambientais decorrentes das atividades da Aracruz Celulose, é que se está diante de uma dicotomia, que, nas palavras de Anna Fanzeres, "se solidificou em polarização das idéias, percepções e sentimentos em torno das questões ou problemas"⁴³. E ela esclarece: "se, por um lado, as empresas entronizam o discurso de promoção do desenvolvimento rural, por outro lado, camponeses e populações tradicionais – indígenas, quilombolas, caiçaras, ocupantes históricos desta região, não se percebem inseridos neste modelo agro-exportador. Neste cenário, cresceram as empresas articulando e utilizando forças políticas e econômicas em seu favor. Do outro lado, especialmente após a restauração da democracia no País, se organizaram e ramificaram organizações da sociedade civil, como porta-vozes de interesses ambientais e sociais. Estes são os atores que atualmente se confrontam, mesmo sem a utilização de uma arena em comum. Na verdade, no processo de elaboração deste Diagnóstico foi constatado que estes atores vivem, e constroem suas percepções em universos paralelos. E os momentos de convergência, que eventualmente ocorrem estão relacionados à eclosão de conflitos sócio-ambientais."⁴⁴

Cabe também dizer que, do ponto-de-vista do Estado, não é menor a dificuldade para o estabelecimento de instâncias que possam construir espaços de solução para os conflitos existentes entre a Aracruz e os movimentos sociais. Basta que se diga que o próprio MMA, ao mesmo tempo em que tem a competência para exercer a fiscalização das atividades da Aracruz, é, por meio do PNF, também um agente de fomento das ações da Aracruz. Esta esquizofrenia em muito dificulta a solução dos graves conflitos existentes nos locais em que a Aracruz atua, já que se torna bastante complicado determinar a quem caberia, no âmbito do Estado, exercer o papel de mediador. Isto faz com que os conflitos que poderiam ser solucionados no âmbito do Executivo

⁴³ Conforme documento citado na nota de rodapé nº 2, à página 49,

⁴⁴ Idem.

acabem por ser levados ao Judiciário, que por sua vez, além do perfil extremamente conservador, é lento na tomada de decisões, o que favorece aos que detêm poder econômico e condições de enfrentar e resistir a longas demandas.

No que se refere ao conteúdo especificamente abordado neste trabalho, é possível traçar algumas rápidas conclusões e recomendações:

- 1) Quando de sua instalação, a Aracruz utilizou áreas já desmatadas, mas também derrubou mata nativa. Entretanto, em razão do material coletado e das pesquisas até hoje feitas, não é possível indicar que a ela cabe a responsabilidade única e exclusiva pela destruição da Mata Atlântica naquela região do Espírito Santo.
- 2) Em sendo conveniente esmiuçar o grau dessa responsabilidade, há que se promover estudos mais detalhados, utilizando-se de análises dirigidas de fotografias aéreas e imagens de satélites, ou qualquer outro meio disponível que permita visualizar o desmatamento antes e após o período de instalação da empresa na região.
- 3) É preciso que se diga que, se isso guarda relevância para o período da sua instalação, a questão maior agora é o impacto do seu Programa Produtor Florestal. Este programa, tal como faz a Souza Cruz no sul com os produtores de fumo, e no Centro-Oeste e Norte, a Cargill, terceiriza toda a tarefa de plantar os eucaliptos, fazendo com que a empresa não tenha que se envolver com a questão fundiária. Ou seja, ela dá todo o aporte técnico, financia toda a atividade, consegue garantir o seu estoque de matéria-prima e não pode ser acusada diretamente, pelo menos de saída, de responsável pela destruição. Ainda lhe permite dizer que agora ainda preserva as suas matas nativas, posando de defensora do meio ambiente. Na prática, entretanto, pode significar a expansão do desmatamento por meio de fomento. A situação merece monitoramento rigoroso dos projetos e um estudo detalhado de casos.
- 4) Existe a necessidade de qualificar melhor as informações sobre a Aracruz, principalmente aquelas que são fundamentais para a discussão sobre os direitos dos quilombolas e indígenas que reclamam direitos territoriais sobre as terras hoje ocupadas pela empresa. Isso fica patente quando no caso da Funai, por exemplo, não foi possível ao GT criado para realizar novos estudos sobre as terras indígenas Caieiras Velha, Pau Brasil e Comboios, aprofundar o estudo fundiário dos títulos de terra em que se fundamenta a Aracruz para justificar o seu domínio, para melhor fundamentar o pedido de retomada das terras pelos índios.
- 5) É preciso garantir uma maior coordenação entre aqueles que defendem os interesses socioambientais prejudicados pela ação da Aracruz no ES e em outros estados. São várias instituições trabalhando com partes do caso Aracruz, cada uma concentrando informações em torno das suas áreas de interesse, mas que não são reunidas em torno de um atuação mais orgânica e concentrada. Assim, o Cimi detém a maior parte das informações sobre a questão indígena, a Fase se concentra nos aspectos ambientais, tais como

água, a Rede Alerta contra o Deserto Verde acumula dados sobre os efeitos da monocultura do eucalipto, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) vê os aspectos trabalhistas e assim por diante. Quando é necessário entender o panorama geral sobre a atuação da empresa, é preciso montar um verdadeiro quebra-cabeça de informações dispersas por varias organizações.

6) Por fim, para dar conta da tarefa de enfrentar a Aracruz, é preciso qualificar melhor as informações, sistematizá-las, reuni-las em publicações que sejam de livre acesso e divulgação, adotando uma padronização mínima na linha de argumentação contra a empresa, pois que se trata de um grande oponente cuja tarefa é facilitada pela forma dispersa e pouco coesa com que atuam os que têm historicamente pretendido lhe fazer frente.

São Paulo, 28 agosto de 2005.

ENTREVISTA COM ISAURA MARIA FRONDIZI, GERENTE DE RELAÇÕES CORPORATIVAS DA ARACRUZ CELULOSE

Local: Rua Lauro Müller, 116, 40º andar (Torre do Rio Sul), Botafogo, RJ

Data: 26.07.05, 15:00hs.

Perguntas preparadas por Ana Valéria Araújo e Sergio Leitão, consultores contratados pelo Instituto Socioambiental (ISA)

1. Quando a Aracruz adquiriu as suas primeiras terras no Espírito Santo (1967), estas terras estavam cobertas por mata nativa?
 - 1.1. A Aracruz desmatou para implantar o seu projeto? Quanto?
2. Qual a extensão de terras comprada à época?
3. Qual era a situação jurídica dessas terras? De quem elas foram compradas?
 - 3.1. A empresa tinha conhecimento da ocupação indígena na região?
4. Que incentivos governamentais a Aracruz recebeu ao tempo da sua instalação no Espírito Santo?
5. Que incentivos recebe hoje? Empréstimos do BNDES a juros subsidiados? Incentivos estaduais do governo do Espírito Santo? E da Bahia, no caso da Veracel?
6. Qual a extensão total das terras da Aracruz no país hoje? Qual a situação jurídica dessas terras? Há disputas judiciais?
7. Como estão os conflitos com as comunidades quilombolas e povos indígenas?
8. Quais os programas que a empresa implementa para beneficiar povos indígenas e comunidades quilombolas?
9. Como ela vê isso em relação à situação fundiária não equacionada dessas populações? Como ela vê a solução para as demandas por terra de índios e quilombolas?
10. Quantos empregados a empresa tem diretamente contratados?
11. Quantos prestam serviço em regime de mão-de-obra terceirizada? Por que uma empresa do porte da Aracruz opta por este modelo? Por que não contrata diretamente?

12. Quais os benefícios que a empresa garante aos seus funcionários? Quais garante aos funcionários das empresas prestadoras de serviço?
 - 12.1. Por que não são os mesmos?
 - 12.2. A empresa checa se as prestadoras de serviço cumprem a legislação trabalhista?
13. Qual a área total de floresta nativa e de plantações de eucalipto dentro das terras da empresa?
14. Da produção total da Aracruz, qual o percentual de eucalipto que vem de suas próprias áreas e quanto vem de áreas de terceiros?
 - 14.1. Qual a expectativa para a unidade da Bahia?
15. As áreas desses terceiros eram cobertas por mata nativa? Que extensão?
16. A empresa sabe ou se certifica de que os terceiros cumprem a legislação ambiental?
17. Qual o ritmo de expansão deste incentivo à plantação por terceiros?
18. Qual o passivo de multas da Aracruz em temas sociais e ambientais – Ibama, Ministério do Trabalho etc?
19. Na opinião da empresa, quais seriam os prêmios mais relevantes por ela já recebidos, que atestam a sua excelência de conduta na área ambiental e social?
20. Como a empresa enxerga as denúncias feitas por ongs, índios, quilombolas, inclusive recorrendo a instâncias internacionais sobre o comportamento da empresa frente a questões socioambientais (carta ao Banco Mundial, por exemplo)?
21. Como a empresa vê a denúncia de que ela se beneficia de relações políticas, tanto no âmbito do Espírito Santo quanto no âmbito federal, as quais protegeriam os seus interesses? Por exemplo, Ernani Galveas, Ministro da Fazenda no governo Figueiredo, que depois foi presidente do Conselho Deliberativo da Aracruz. Em outro exemplo, o pesquisador Warren Dean, no livro "A Ferro e Fogo", diz que a Aracruz provavelmente ajudou a elaborar regras para a concessão de incentivos fiscais para florestas plantadas das quais ela própria se beneficia como plantadora de eucalipto.



TERMS OF REFERENCE - CONFIDENTIAL

TO: Instituto Socioambiental (ISA)

FROM: NCA

COPY: ()

DATE: 20.01.2005

REF.:

**SUBJECT: ASSESSMENT OF ARACRUZ CELLULOSE'S GENERAL
CORPORATE RESPONSIBILITY**

A. BACKGROUND

NCA is currently partnering FASE (and Rede Deserto Verde) in preparing research and strategy for a targeted advocacy effort vis a vis Aracruz Cellulose: The company's cellulose mills and plantations consume water – and affect water quality – to such an extent that local communities' water needs are allegedly violated.

This research – covering the water issues, both as seen from the perspectives of the affected local communities, and through scientific field exploration – will constitute the major substance of an NCA campaign. But it will not cater for the full strategic needs of NCA when approaching Aracruz. Two additional questions, to which NCA must relate professionally in her advocacy, needs to be studied properly:

- What is known about the overall socio-ecological consequences of Aracruz's operations, from its inception until today?
- What are the true merits (and non-merits) of Aracruz's relatively ambitious efforts toward corporate social responsibility?



These are the questions that NCA wants an assessment to respond to. We can think of no organisation better equipped to make such an assessment than ISA.

B. OUTLINE OF THE STUDY

1. What is known about the overall socio-ecological consequences of Aracruz's operations, from its inception until today?

Consider the validity of following claims about the company, and substantiate:

- Aracruz has effectively eliminated the *Mata Atlantica* (Espirito Santo) and its biodiversity.
- In the process, local communities (Indians, Quillimbolas and small farmers) have been uprooted and forced off their land, in part through coercion.
- In the process of accessing and purchasing land and getting licencing for their mills, Aracruz has elicited the support of the previous dictatorships, and later corrupted local and national politicians.

2. What are the merits (and non-merits) of Aracruz's relatively ambitious efforts toward Corporate Social Responsibility?

Evaluate Aracruz's targeted efforts toward Corporate Social Responsibility, with emphasis on the following:

- What are the merits of the company's claim that they are in the business of reforestation?
- Is the company's programme to retain and conserve (the remains of) the *Mata Atlantica*, a substantial contribution to preservation of biodiversity when seen, in relation to the company's planting of monocultural eucalyptus?
- The company has been awarded prestigious environmental awards – are these awards based on true merit?



- Aracruz's own employees are benefiting from very good employment programmes. But the company is outsourcing most of the labour needed to plant, fertilize, maintain, and harvest its eucalyptus. What is known about the working conditions for these outsourced workers? What is the company doing to protect these workers' rights?
- On its web page, Aracruz lists a number of social projects that it finances. These programmes might be valuable in and of themselves. But to what extent are these programmes actually targeted towards mitigating the impacts of the company's activities and benefiting directly affected communities?

C. METHOD SUGGESTIONS

NCA's main interest is to hear the qualified views of ISA, based on the research that ISA deems necessary. In this case, research will inevitably be political – there can be no absolutely true or objective answers to the above.

However, NCA would suggest that ISA primarily rely on – and critically scrutinize – existing research and information, as available from other NGOs, research institutions, newspaper articles etc. That is: To collect and evaluate existing information.

Meanwhile, in assessing the company's own policies and opinions, NCA would suggest that the company is contacted directly, and that interviews are made. In this liaison, ISA shall feel free to disclose the nature of her investigation with one exception: The work and research of FASE is not to be disclosed (Indeed, FASE and the Rede Deserto Verde shall not be mentioned at all).



**KIRKENS
NØDHJELP**

www.nca.no

D. SUGGESTED CONTRACT TERMS

Volume: approx 30-40 pages (or 16 000 words)

Deadline: June first, 2005

Fee: USD 6500

ISA (or researcher) will hold the authorship of the paper. But NCA will have the opportunity to suggest editions, and to freely publish the paper.